Kroton Educacional S.A.

CNPJ nº 02.800.026/0001-40

Relatório da Administração - 2010

Aos Acionistas,

Atendendo às disposições legais, a Administração da Kroton Educacional S.A. - "Kroton" ou "Companhia" - tem a satisfação de apresentar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia e consolidadas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010, em comparação ao ano de 2009. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações financeiras consolidadas também foram preparadas e estão apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards* - IFRS) emitidos pelo *International Accounting Standards Board*.

Sobre a Kroton

A Kroton Educacional S.A. (BM&FBovespa: KROT11) é uma das maiores organizações educacionais privadas, com fins lucrativos, e atua no setor educacional brasileiro há mais de 40 anos. Possui um modelo de negócio abrangente e diferenciado que atende o Ensino Superior e a Educação Básica. A Companhia tem presença nacional, e conta com 37 campi no Ensino Superior, localizados em 10 Estados do Brasil e em 27 municípios atendendo, em 31 de dezembro de 2010, 85,4 mil alunos. Na Educação Básica, a Kroton atua no setor privado e no setor público, atendendo 720 Escolas Associadas em todos os Estados do Brasil, que contavam com aproximadamente 265 mil alunos no final de 2010.

Mensagem da Administração

Para a Kroton, o ano de 2010 foi marcado por um dos mais importantes eventos desde sua oferta pública efetuada há cerca de três anos. Em março, concluímos uma das maiores operações dentro do setor educacional brasileiro, com a compra do IUNI Educacional S.A., o que propiciou um aumento de 100% de nossa base de alunos de Ensino Superior.

A partir disso, o objetivo central de 2010 foi o de realizar a integração das duas empresas, criando uma plataforma singular e completa de operação. Para isso, foi desenvolvido um projeto de integração, com 15 forças-tarefa, que desenharam todos os processos e definiram todos os parâmetros e sistemas da empresa resultante.

Dois projetos, que entraram em operação em agosto de 2010, eram prioritários para o sucesso da integração: (a) a implantação do novo Modelo Pedagógico para o Ensino Superior, e (b) a unificação dos ERPs financeiros e do processo integrado de planejamento e controle. Como consequência, já durante a segunda metade do ano, foi possível observar relevantes impactos positivos na qualidade acadêmica, na qualidade da gestão e nas margens operacionais.

Finalizada a integração, estamos convictos de que temos uma Companhia mais sólida, com uma estrutura organizacional mais dinâmica e processos corporativos mais eficientes. Assim entendemos estar preparados para iniciar um novo ciclo de crescimento orgânico e inorgânico que contempla, entre outras iniciativas, a entrada no segmento de Educação à Distância e a realização de aquisições de instituições de Ensino Superior ao longo dos próximos anos.

Respaldados por todas essas realizações e pelos planos de crescimento já em execução, iniciamos o ano de 2011 com uma visão positiva e determinados em continuar desempenhando um papel de destaque no setor educacional brasileiro, fortalecendo assim nossa relação com todos os *stakeholders*.

Ambiente Macroeconômico

Em 2010, a economia brasileira registrou um crescimento de 7,5% do Produto Interno Bruto (PIB), muito acima do percentual verificado em 2009 e a maior alta desde 1986, conforme divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A taxa de desemprego caiu de 6,8% em dezembro de 2009, para 5,3% aferidos em dezembro de 2010. Esse nível historicamente baixo de desemprego contribuiu para o crescimento do consumo a graus também recordes ajustado também pela expansão do crédito.

A inflação ao consumidor (IPCA) subiu, chegando ao patamar de 5,9% ao final de 2010. A inflação provavelmente atingirá patamares acima da meta do Banco Central em 2011, considerando as expectativas de mercado.

A aceleração da economia fez com que o Banco Central ajustasse a política monetária para uma postura mais restritiva. A taxa básica de juros que aumentou de 8,75% para 10,75% em 2010, foi novamente elevada em março de 2011 para 11,75%.

O real continuou a se valorizar ao longo de 2010, com uma apreciação frente ao dólar americano de 4,3%, fechando o ano em R$ 1,67.

A Kroton acredita que o cenário macroeconômico brasileiro atual poderá provocar uma procura maior de aperfeiçoamento e qualificação profissional e, dessa forma, impactar positivamente o setor educacional.

Aquisição do IUNI Educacional S.A.

A Kroton concluiu, em 12 de março de 2010, a aquisição da totalidade do capital social do IUNI Educacional S.A. ("IUNI"), dando origem a um dos maiores grupos educacionais do país. O IUNI era uma das principais empresas de Ensino Superior e teve origem na Universidade de Cuiabá fundada em 1988. Em março de 2010, o IUNI detinha uma posição de destaque nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte do Brasil, atendendo aproximadamente 42 mil alunos.

Logo após a assinatura dos contratos de aquisição, a Kroton iniciou o projeto de integração, utilizando a metodologia de *Post Merger Integration* (PMI), que durou cerca de 120 dias e envolveu todas as áreas das empresas.

A complementaridade estratégica e geográfica das operações e a conjugação das melhores práticas adotadas pela Kroton e pelo IUNI propiciaram a criação de uma instituição educacional de escala nacional, com significativo aproveitamento de sinergias e capacidade de continuada expansão.

Desempenho Operacional

No segmento de Ensino Superior, a Companhia encerrou o ano de 2010 com 85.367 alunos, sendo 76.253 matriculados em cursos de graduação e outros 9.114 alunos em cursos de pós-graduação. O crescimento anual no número de alunos no Ensino Superior foi de 95,7%, principalmente, devido à aquisição do IUNI, ocorrida em março de 2010. O número de alunos evadidos no ano foi de 19.177 e de estudantes graduados foi de 20.511. Já a entrada de novos alunos totalizou 39.251.

Em maio de 2010, o Ministério da Educação (MEC) anunciou uma medida provisória, com alterações no Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior "Novo FIES", que deverá ter relevante impacto no crescimento do setor. Desde o início do programa, a Companhia vem investindo em uma estrutura de apoio aos estudantes para lhes facilitar o acesso ao Novo FIES, inclusive durante os processos de vestibular. Em dezembro de 2010, mais de 5 mil alunos da Kroton já tinham contratos assinados do Novo FIES.

No segmento da Educação Básica, a Companhia encerrou o ano de 2010 com 720 Escolas Associadas à suas redes de ensino em todo o território nacional, atendendo cerca de 265,0 mil alunos, crescimento 16,9%, quando comparado aos 226,6 alunos atendidos em 2009. Na área privada, a Rede Pitágoras está presente em todos os Estados do país e na área pública, a Companhia atua por meio da marca Projecta, que tem o objetivo de levar Educação de qualidade aos municípios brasileiros por meio de programas de gestão, de materiais didáticos e de avaliações educacionais.

Desempenho Financeiro

Receita Bruta - A Kroton encerrou o exercício de 2010 com receita bruta total de R$ 711,1 milhões, apresentando crescimento de 80,0% em relação a 2009, relacionado basicamente à aquisição do IUNI realizada em março de 2010.

Deduções da Receita Bruta - O total das deduções da receita bruta da Companhia em 2010 foi de (R$ 111,5 milhões), compostas por bolsas Prouni (R$ 51,8 milhões), Impostos sobre Ensino Superior (R$ 11,8 milhões), Impostos sobre operações escolares (R$ 3,3 milhões), devoluções (R$ 8,6 milhões) e descontos concedidos (R$ 36,0 milhões).

Receita Líquida - A Companhia encerrou o exercício de 2010 com receita líquida total de R$ 599,7 milhões, apresentando crescimento de 75,8% em relação a 2009, seguindo o mesmo comportamento da receita bruta, ou seja, refletindo a aquisição do IUNI realizada em março de 2010.

Custos de Produtos Vendidos e de Serviços Prestados - Em 2010, os custos totais da Kroton foram de R$ 434,4 milhões, ou 72,4% da receita líquida. Os custos de serviços prestados, em razão da maior participação das operações de Ensino Superior no mix de negócios, representaram 94,8% desse total.

• O custo de produtos vendidos - relacionados aos custos de produção editorial e impressão de material didático vendido às Escolas Associadas de Educação Básica - foi de R$ 22,8 milhões, ou 18,9% da receita líquida do segmento. O aumento verificado entre os anos de 45,6% está associado ao crescimento da operação e às iniciativas realizadas na estrutura de Educação Básica para garantir uma melhor eficiência nos próximos anos.

• O custo de serviços prestados - relacionados principalmente aos custos de operação das unidades de Ensino - foi de R$ 411,6 milhões em 2010, aumento de 91,3% em relação ao ano anterior, em função do maior número de unidades e de alunos atendidos após a aquisição do IUNI, bem como de eventos extraordinários relacionados ao processo de integração das empresas.

Lucro Bruto e Margem Bruta - O lucro bruto foi de R$ 165,3 milhões, aumento de 35,4% em relação a 2009. A margem bruta alcançou 27,6% em 2010, redução de 7,0 pontos percentuais frente ao ano anterior, refletindo o aumento dos custos e os eventos extraordinários apurados no período.

Despesas Operacionais - O total das despesas da Kroton em 2010 foi de R$ 196,5 milhões. Essas despesas operacionais são compostas por despesas com vendas (que inclui a provisão para devedores duvidosos - PDD), pessoal, gerais e administrativas, outras receitas/despesas operacionais e amortização de ágio.

• Despesas com Vendas: as despesas com vendas são compostas de despesas de marketing, direitos autorais e com as provisões para devedores duvidosos (PDD). Juntas, essas despesas totalizaram R$ 71,6 milhões, redução de 7,6% frente ao ano de 2009, sendo que PDD isoladamente representou 4,7% da receita líquida de 2010 da Companhia.

• Despesas com Pessoal: as despesas com pessoal incluem salários e encargos da estrutura corporativa e demais despesas com pessoal. O aumento das despesas com pessoal de 159,2% entre os anos deve-se, principalmente, ao processo de integração realizado em 2010, no qual houve inclusive um alto volume de demissões em diversas áreas da Companhia.

• Despesas Gerais e Administrativas: as despesas gerais e administrativas abrangem basicamente serviços de terceiros, treinamentos, viagens e aluguéis. Em 2010, essas despesas totalizaram R$ 70,0 milhões, aumento de 133,4%, devido entre outros fatores, à contratação de consultorias que trabalharam no contexto do projeto de integração.

Resultado Financeiro - O resultado financeiro de 2010 registrou R$ 4,2 milhões, apesar do aumento do nível de endividamento ao longo do ano, inclusive relacionados a passivos tributários inseridos no Programa de Recuperação Fiscal (REFIS).

Imposto de Renda e Contribuição Social - O montante pago em Imposto de Renda e contribuição social somou R$ 7,7 milhões em 2010.

Lucro Líquido - Em 2010, a Kroton apresentou prejuízo contábil de R$ 29,6 milhões.

Mercado de Capitais

As *units* da Kroton (KROT11) estão listadas no segmento Nível 2 da BM&FBovespa desde julho de 2007 e integram o Índice de Governança Corporativa Diferenciada (IGC) e o Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado (ITAG). As *units* estiveram presentes em 100% dos pregões em 2010, atingindo volume médio diário negociado de R$ 2,2 milhões. No dia 30 de dezembro de 2010, os papéis estavam cotados a R$ 21,85 por *unit*, o que equivale ao valor de mercado de R$ 1,4 bilhões. Durante o ano de 2010, as *units* apresentaram valorização de 21,4%, enquanto no mesmo período o Ibovespa valorizou 1,0%, o IGC valorizou 12,5% e o ITAG 11,7%. Atualmente, as *units* da Kroton são acompanhadas por 11 diferentes corretoras (*research*) locais e internacionais.

Governança Corporativa

A Kroton sempre adotou uma postura ética, responsável e transparente na administração dos negócios e busca aperfeiçoar seu padrão de governança corporativa de acordo com as melhores práticas de mercado, com o objetivo de preservar o direito dos acionistas por meio de um tratamento equitativo e aberto. Atualmente, o Conselho de Administração que responde pela orientação geral dos negócios é composto por nove membros, sendo dois independentes. Além disso, buscando sempre elevar os padrões de governança, a Kroton tem instalado quatro comitês: Financeiro e de Fusões e Aquisições, Recursos Humanos e Remuneração, Acadêmico e Institucional e de Auditoria.

Adoção do IFRS

Estas são as primeiras Demonstrações Financeiras de acordo com os Padrões Internacionais de Contabilidade (IFRS) e com as novas normas de contabilidade emitidas para o exercícios de 2010 (CPCs). Os efeitos decorrentes da adoção inicial estão demonstrados na nota explicativa 36. Na nota explicativa 32, destaca-se o efeito do CPC 15, combinação de negócios, aplicado retrospectivamente na alocação de parte do ágio da aquisição do IUNI para o imobilizado (R$ 5,8 milhões) e na carteira de clientes (R$ 28,1 milhões), gerando uma amortização adicional para o exercício de 2010 de R$ 5,6 milhões.

O saldo de ágio remanescente é de R$ 271,2 milhões.

Auditoria Independente

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Deloitte Auditores Independentes prestou os seguintes serviços: Serviços de auditoria das demonstrações financeiras individuais (Kroton Educacional S.A.) e consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, preparadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil; Revisão dos controles internos; Revisão Especial das Informações Trimestrais, preparadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil; Auditoria contábil das demonstrações financeiras individuais (Kroton Educacional S.A.) e consolidadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade - *International Financial Reporting Standards*, ou IFRS. Adicionalmente a Companhia contratou serviço de Auditoria contábil do balanço patrimonial da IUNI Educacional S.A., em 28 de fevereiro de 2010, cuja auditoria contábil foi iniciada e concluída em 2010 no valor de R$ 217 mil (26,8% do total).

Cláusula Compromissória

A Kroton Educacional está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme descrito no Artigo 46 constante do Estatuto Social da Companhia.

Agradecimento

Agradecemos o apoio e a participação dos Senhores acionistas, dos alunos, clientes, colaboradores, fornecedores, órgãos governamentais e da comunidade financeira nos resultados até então alcançados.

Para detalhes da análise de nosso resultado de 2010, visite o nosso site: www.kroton.com.br/ri.

A ADMINISTRAÇÃO

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Levantados em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 e em 1º de Janeiro de 2009 (Em milhares de reais - R$)

Ativo	Nota Explicativa	Controladora (BR GAAP) 31/12/2010	Controladora (BR GAAP) 31/12/2009	Controladora (BR GAAP) 01/01/2009	Consolidado (BR GAAP e IFRS) 31/12/2010	Consolidado (BR GAAP e IFRS) 31/12/2009	Consolidado (BR GAAP e IFRS) 01/01/2009
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	7	13	53	5	26.168	17.264	9.114
Títulos e valores mobiliários	8	–	–	–	–	393.120	115.104
Contas a receber	9	–	–	–	124.451	63.795	61.689
Estoques	10	–	–	–	18.922	12.350	10.720
Adiantamentos a fornecedores	11	–	45	–	8.353	5.510	5.693
Dividendos a receber		–	–	180	–	–	–
Tributos a recuperar	12	–	–	–	15.217	5.332	–
Demais contas a receber		–	2	1	7.811	6.864	10.802
Total do ativo circulante		13	100	186	200.922	504.235	213.122
Não Circulante							
Títulos e valores mobiliários	8	–	–	–	7.435	–	–
Contas a receber	9	–	–	–	22.844	–	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos		–	–	–	10.513	10.241	12.611
Créditos com empresas relacionadas	33	–	–	–	–	252	5
Depósitos judiciais	23	–	–	62	8.880	482	391
Adiantamentos a fornecedores	11	–	–	–	13.395	12.494	8.763
Tributos a recuperar	12	–	–	–	4.693	–	–
Demais contas a receber		2	–	–	3.984	72	72
Investimentos:							
Em controladas	14.a)	765.427	793.415	439.231	–	–	–
Outros		–	–	–	1.600	–	–
Imobilizado	15	–	–	–	223.366	167.653	140.736
Intangível	16	59.450	7.191	7.191	597.154	173.576	158.315
Total do ativo não circulante		824.879	800.606	446.484	893.864	364.770	320.893
Total do Ativo		**824.892**	**800.706**	**446.670**	**1.094.786**	**869.005**	**534.015**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota Explicativa	Controladora (BR GAAP) 31/12/2010	Controladora (BR GAAP) 31/12/2009	Controladora (BR GAAP) 01/01/2009	Consolidado (BR GAAP e IFRS) 31/12/2010	Consolidado (BR GAAP e IFRS) 31/12/2009	Consolidado (BR GAAP e IFRS) 01/01/2009
Circulante							
Fornecedores	17	–	29	–	24.653	9.896	15.930
Empréstimos e financiamentos	18	–	–	–	34.046	5.165	5.453
Salários e encargos sociais	19	–	–	–	39.891	16.363	16.305
Imposto de renda e contribuição social a pagar		84	–	–	1.775	89	188
Tributos a pagar		8	–	–	9.322	1.690	1.703
Adiantamento de clientes	20	–	–	–	6.089	11.951	7.374
Impostos e contribuições parcelados	21	–	–	–	7.090	415	773
Contas a pagar - aquisições	22	–	–	–	4.154	3.799	12.061
Dividendos propostos		–	–	129	–	–	129
Demais contas a pagar	24	–	–	–	6.748	–	411
Total do passivo circulante		92	29	129	133.768	49.368	60.327
Não Circulante							
Empréstimos e financiamentos	18	–	–	–	57.225	9.704	12.000
Débitos com partes relacionadas	33	8.624	7.282	1.416	–	–	160
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	23	–	–	–	30.441	5.270	990
Impostos e contribuições parcelados	21	–	–	–	45.308	–	2.129
Contas a pagar - aquisições	22	–	–	–	6.496	7.024	8.888
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	–	–	–	1.617	465	–
Demais contas a pagar	24	–	–	–	3.755	3.756	4.436
Total do passivo não circulante		8.624	7.282	1.416	144.842	26.219	28.603
Patrimônio Líquido	**25**						
Capital social		873.831	821.020	454.397	873.831	821.020	454.397
Reserva de capital		17.859	14.962	–	17.859	14.962	–
Ações em tesouraria		(24.740)	(21.436)	(21.068)	(24.740)	(21.436)	(21.068)
Reserva legal		–	–	681	–	–	681
Lucros (prejuízos) acumulados		(50.774)	(21.151)	11.115	(50.774)	(21.151)	11.115
Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores		816.176	793.395	445.125	816.176	793.395	445.125
Participação dos acionistas não controladores no patrimônio das controladas		–	–	–	–	23	(40)
Total do patrimônio líquido		816.176	793.395	445.125	816.176	793.418	445.085
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**824.892**	**800.706**	**446.670**	**1.094.786**	**869.005**	**534.015**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 (Em milhares de reais - R$, exceto o prejuízo básico/diluido por ação)

	Nota Explicativa	Controladora (BR GAAP) 31/12/2010	Controladora (BR GAAP) 31/12/2009	Consolidado (BR GAAP e IFRS) 31/12/2010	Consolidado (BR GAAP e IFRS) 31/12/2009
Receita Líquida de Vendas e Serviços	**28**				
Ensino básico		–	–	120.551	103.097
Ensino superior		–	–	479.130	238.082
		–	–	599.681	341.179
Custos das Vendas e Serviços	**29**				
Custo dos produtos vendidos		–	–	(22.769)	(15.642)
Custo dos serviços prestados		–	–	(411.635)	(215.208)
		–	–	(434.404)	(230.850)
Lucro Bruto		**–**	**–**	**165.277**	**110.329**
Despesas Operacionais	**29**				
Com vendas		–	–	(71.747)	(77.642)
Gerais e administrativas		(1.488)	(848)	(121.222)	(49.749)
Outras despesas operacionais, líquidas		–	–	(1.274)	(839)
Resultado de participações societárias:					
Equivalência patrimonial		(28.131)	(7.165)	–	–
"Impairment" sobre ágio		–	–	–	(1.427)
Provisão para perdas de investimento		–	–	–	(638)
Resultado na venda de investimento		–	–	(2.390)	(665)
Prejuízo Operacional antes do Resultado Financeiro		**(29.619)**	**(8.013)**	**(31.356)**	**(20.631)**
Resultado Financeiro					
Receitas financeiras	30	–	–	21.177	26.229
Despesas financeiras	30	(4)	–	(17.007)	(6.950)
Prejuízo antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		**(29.623)**	**(8.013)**	**(27.186)**	**(1.352)**
Imposto de Renda e Contribuição Social					
Do exercício	13	–	–	(1.557)	(3.826)
Diferidos	13	–	–	(880)	(2.835)
		–	–	(2.437)	(6.661)
Prejuízo Líquido do Exercício		**(29.623)**	**(8.013)**	**(29.623)**	**(8.013)**
Atribuível a					
Acionistas da Companhia		(29.623)	(8.013)	(29.623)	(8.076)
Participação dos não controladores		–	–	–	63
		(29.623)	(8.013)	(29.623)	(8.013)
Prejuízo básico por ação - R$	31	(0,38)	(0,16)	(0,38)	(0,16)
Prejuízo diluído por ação - R$	31	(0,38)	(0,16)	(0,38)	(0,16)

Resultados abrangentes:

A Companhia não possui transações que requeiram a apresentação da demonstração do resultado abrangente.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 (Em milhares de reais - R$)

	Controladora (BR GAAP) 31/12/2010	Controladora (BR GAAP) 31/12/2009	Consolidado (BR GAAP e IFRS) 31/12/2010	Consolidado (BR GAAP e IFRS) 31/12/2009
Receita				
Ensino básico	–	–	123.818	105.850
Ensino superior	–	–	490.682	246.504
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	–	–	(28.137)	(18.566)
Insumos Adquiridos de Terceiros				
Custos de produtos e serviços	–	–	(89.667)	(56.284)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(411)	(848)	(86.696)	(76.704)
Valor Adicionado Bruto	**(411)**	**(848)**	**410.000**	**200.800**
Depreciação e amortização	–	–	(35.387)	(16.409)
Valor Adicionado Líquido	**(411)**	**(848)**	**374.613**	**184.391**
Valor Adicionado Recebido em Transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	(28.131)	(7.165)	–	–
Receitas financeiras	–	–	24.202	26.229
Valor Adicionado Total a Distribuir	**(28.542)**	**(8.013)**	**398.815**	**210.620**
Distribuição do Valor Adicionado				
Pessoal:				
Remuneração direta	(920)	–	(291.377)	(113.747)
Benefícios	(23)	–	(11.436)	(5.133)
FGTS	(55)	–	(25.102)	(15.170)
Impostos, taxas e contribuições:				
Federais	–	–	(17.537)	(38.214)
Municipais	(79)	–	(3.577)	(9.746)
Remuneração de capitais de terceiros:				
Juros	(4)	–	(19.751)	(6.950)
Aluguéis	–	–	(54.836)	(24.106)
Direitos autorais	–	–	(4.822)	(5.567)
Remuneração de capitais próprios:				
Prejuízo líquido do exercício	29.623	8.013	29.623	8.076
Participação dos acionistas não controladores nos lucros retidos	–	–	–	(63)
Valor Adicionado Distribuído	**28.542**	**8.013**	**(398.815)**	**(210.620)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 (Em milhares de reais - R$)

	Controladora (BR GAAP) 31/12/2010	Controladora (BR GAAP) 31/12/2009	Consolidado (BR GAAP e IFRS) 31/12/2010	Consolidado (BR GAAP e IFRS) 31/12/2009
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais				
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social e da participação de acionistas não controladores	(29.623)	(8.013)	(27.186)	(1.352)
Ajustes para conciliar o prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social e da participação de acionistas não controladores com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	–	–	33.854	16.409
Provisão para devedores duvidosos	–	–	28.137	18.566
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	–	–	405	4.280
Equivalência patrimonial	28.131	7.165	–	–
Resultado na venda de ativos permanentes	–	–	413	6.537
Encargos financeiros	–	–	(4.870)	2.583
Perda de investimento	–	–	2.390	–
Outorga de opções de ações	–	–	3.031	377
Variações nos ativos e passivos operacionais:				
Aumento em contas a receber	–	–	(72.946)	(20.672)
Aumento nos estoques	–	–	(6.380)	(1.630)
(Aumento) redução nas demais contas a receber	45	16	(8.637)	–
(Redução) aumento em fornecedores	(28)	29	10.353	(6.034)
(Redução) aumento em adiantamento de clientes	–	–	(10.168)	4.577
(Redução) aumento nas demais contas a pagar	93	–	(8.734)	(4.019)
Caixa líquido proveniente das operações	(1.382)	(803)	(60.338)	19.622
Imposto de renda e contribuição social pagos	–	–	(7.661)	(8.472)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(1.382)	(803)	(67.999)	11.150
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento				
Aumento de capital em controlada	–	(386.274)	–	–
Dividendos recebidos	–	25.051	–	–
Compras de imobilizado	–	–	(28.248)	(40.744)
Resgate (aplicação) de títulos e valores mobiliários	–	–	386.039	(278.016)
Aquisições de novas faculdades, líquidas dos caixas adquiridos	–	–	(197.836)	(10.126)
Adições no intangível	–	–	(7.070)	(24.380)
Alienação de controladas	–	–	1.700	–
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	–	(361.223)	154.585	(353.266)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento				
Aumento de capital	–	381.208	–	381.208
Ações em tesouraria	–	–	(4.163)	(368)
Contratação de empréstimos e financiamentos	–	–	74.465	1.007
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	–	–	(146.704)	(4.886)
Pagamentos de juros	–	–	(1.280)	(1.288)
Dividendos pagos	–	(25.000)	–	(25.000)
Mútuos com empresas relacionadas	1.342	5.866	–	(407)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	1.342	362.074	(77.682)	350.266
Aumento (Redução) Líquido (a) de Caixa e Equivalentes a Caixa	**(40)**	**48**	**8.904**	**8.150**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	53	5	17.264	9.114
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	13	53	26.168	17.264
Aumento (Redução) Líquido (a) de Caixa e Equivalentes a Caixa	**(40)**	**48**	**8.904**	**8.150**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

continua

continuação

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 (Em milhares de reais - R$, exceto o valor por ação)

		Atribuível aos acionistas da controladora								
	Nota Explicativa	Capital Social	Reserva de Capital	Ações em Tesouraria	Reserva Legal	Dividendos Propostos	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores	Participação dos Acionistas Não Controladores	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 1º de Janeiro de 2009		**454.397**	**–**	**(21.068)**	**681**	**12.820**	**(1.705)**	**445.125**	**(40)**	**445.085**
Aumento de capital	25	366.623	14.585	–	–	–	–	381.208	–	381.208
Antecipação de dividendos:										
Ações ordinárias - R$0,06071 por ação		–	–	–	–	(6.820)	–	(6.820)	–	(6.820)
Ações preferenciais - R$0,06071 por ação		–	–	–	–	(6.000)	–	(6.000)	–	(6.000)
Ações ordinárias - R$0,0565 por ação		–	–	–	–	–	(6.406)	(6.406)	–	(6.406)
Ações preferenciais - R$0,0565 por ação		–	–	–	–	–	(5.645)	(5.645)	–	(5.645)
Absorção da reserva legal		–	–	–	(681)	–	681	–	–	–
Prejuízo líquido do exercício		–	–	–	–	–	(8.076)	(8.076)	63	(8.013)
Ações em tesouraria		–	–	(368)	–	–	–	(368)	–	(368)
Outorga de opção de ações	26	–	377	–	–	–	–	377	–	377
Saldos em 31 de Dezembro de 2009		**821.020**	**14.962**	**(21.436)**	**–**	**–**	**(21.151)**	**793.395**	**23**	**793.418**
Aumento de capital	25	52.811	–	–	–	–	–	52.811	–	52.811
Ações em tesouraria		–	–	(4.163)	–	–	–	(4.163)	–	(4.163)
Alienação de ações		–	(45)	859	–	–	–	814	–	814
Exercício de opção de ações		–	(89)	–	–	–	–	(89)	–	(89)
Outorga de opção de ações	26	–	3.031	–	–	–	–	3.031	–	3.031
Aquisição da participação de acionistas não controladores		–	–	–	–	–	–	–	(23)	(23)
Prejuízo líquido do exercício		–	–	–	–	–	(29.623)	(29.623)	–	(29.623)
Saldos em 31 de Dezembro de 2010		**873.831**	**17.859**	**(24.740)**	**–**	**–**	**(50.774)**	**816.176**	**–**	**816.176**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 (Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional: A Kroton Educacional S.A., com sede na cidade de Belo Horizonte, e suas controladas (doravante "Companhia" ou "Controladora" ou "Kroton") têm por objeto social a participação, como sócia ou acionista, em sociedades que explorem: (a) a administração de atividades de educação infantil, ensinos fundamental, médio, supletivo, pré-vestibular, superior, profissionalizante, pós-graduação, cursos livres e outras atividades educacionais correlatas; e (b) o comércio atacadista e varejista, distribuição, importação, exportação de livros didáticos, paradidáticos, revistas e demais publicações dirigidas à educação infantil, ensino fundamental, médio, supletivo, pré-vestibular, superior, profissionalizantes, pós-graduação, cursos livres e/ou outras atividades educacionais correlatas, bem como o licenciamento para produtos escolares e de natureza pedagógica. A Companhia exerce as suas funções através de sua controlada Editora e Distribuidora Educacional Ltda. - EDE. A Companhia é listada na BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - sob a sigla KROT11, onde negocia suas "units", que são ativos compostos por 1 ação ordinária e 6 ações preferenciais. O modelo de gestão da Companhia é operacionalizado pela EDE e suas controladas que atuam nas áreas de educação: **a)** Ministrando cursos regulares e formais de educação infantil, ensinos fundamental, médio, superior, à distância ("on-line") e de tecnólogo, bem como treinamentos de indivíduos e de organizações profissionais. **b)** Desenvolvendo, distribuindo e comercializando livros didáticos, edições de jornais, revistas e periódicos, publicidade e divulgação, capacitando a equipe técnica das escolas parceiras, bem como oferecendo um conjunto de soluções às escolas integradas da rede pública e privada de educação. As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 10 de março de 2011. Aquisição da IUNI Educacional: Após aprovação pelo Conselho de Administração, a Companhia assinou contrato de compra e venda de 100% das ações das empresas da Companhia IUNI Educacional ("IUNI") em 12 de março de 2010. O preço da transação foi estabelecido através de uma avaliação financeira do resultado atual e projetado utilizando como base os demonstrativos financeiros de 30 de junho de 2009. As condições acordadas no contrato de compra e venda foram estabelecidas conforme segue: • R$133.626 à vista; • R$58.128 a prazo. (a); • 4.200.000 "units" da Companhia. (b): **(a)** As variações no capital de giro e endividamento ocorridos entre 30 de junho de 2009 e 28 de fevereiro de 2010 foram ajustadas no valor retido a pagar. Em junho de 2010, foram liquidados R$30.000 e em novembro de 2010 foi quitada a última parte, no valor de R$25.142, com desconto de R$2.986 acordado entre as partes. **(b)** As "units" da Companhia foram emitidas em 24 de setembro de 2010, após finalizadas as etapas de incorporação das ações da IUNI detidas pelo ex-controlador com a emissão de novas ações da EDE e a incorporação das ações pela Companhia com a consequente emissão de suas próprias ações ("units"). A IUNI é controladora das seguintes instituições de ensino superior: • União Metropolitana para o Desenvolvimento da Educação e Cultura Ltda. - UNIME LF; • União para Desenvolvimento da Educação e Cultura de Várzea Grande Ltda. - UNIC VARZEA GRANDE; • União de Faculdades do Amapá Ltda. - FAMA MACAPÁ; • União das Escolas de Ensino Superior Brasileiras Ltda. - FAMA MARABÁ; • Unic Sinop Aeroporto Ltda. - UNIC SINOP; • Unic Tangará Sul Ltda. - UNIC TANGARÁ SUL; • Sociedade Mantenedora de Ensino Superior de Primavera do Leste Ltda. - UNIC PRIMAVERA ANTIGA; • Sociedade Mantenedora de Ensino e Cultura de Primavera do Leste Ltda. - UNIC PRIMAVERA NOVA; • Unime Itabuna Ltda. - UNIME ITABUNA; • Unime Salvador Ltda. - UNIME SALVADOR; • Unic Rondonópolis Floriano Peixoto Ltda. - UNIC ROO FP; • Unic Rondonópolis Arnaldo Estevão Ltda. - UNIC ROO AE. • Unic Tangará Norte Ltda. - UNIC TANGARÁ NORTE. Incorporação de empresas: A Companhia iniciou o processo de incorporações das empresas controladas diretas da EDE, com o objetivo de facilitar os procedimentos legais, contábeis, financeiros e regulatórios que envolvem suas atividades. O Ministério da Educação editou a Portaria nº 935/10 publicada no Diário Oficial da União em 23 de julho de 2010, aprovando a transferência de mantença de instituições de ensino superior, entre as empresas mantenedoras cedentes e mantenedoras adquirentes envolvidas nesse processo de incorporação. A EDE incorporou em 1º de agosto de 2010, com base em laudos emitidos por avaliadores independentes, as seguintes empresas controladas: • AESG - Faculdade de Guarapari; • FAC ARACAJU - Faculdade de Aracaju; • FACTEF - Faculdade de Teixeira de Freitas; • FADOM - Faculdade de Divinópolis; • JAPI - Faculdade de Jundiaí; • NABEC - Faculdade de Tecnologia de Guarapari; • PROJECTA - Soluções Educacionais; • SÃO FRANCISCO - Faculdade de Divinópolis; • SEG - Faculdade de Guarapari; • SESG - Faculdade de Guarapari; • UNIMINAS - Faculdade de Uberlândia. Reorganização societária: Em 24 de setembro de 2010 foi realizada a incorporação, pela Companhia, das ações de emissão da EDE, com a consequente transformação da EDE em subsidiária integral da Companhia. Essa reorganização decorreu da aquisição do controle acionário da IUNI pela EDE, em que o ex-controlador da IUNI passou a deter, diretamente, 4.200.000 "units" da Companhia, gerando o aumento de capital na Companhia e também em sua controlada direta EDE. **Comparabilidade:** As demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 incluem o resultado da controlada IUNI de 10 meses, entre 1º de março e 31 de dezembro de 2010, em virtude da compra da IUNI ter ocorrido em 12 de março. Portanto, a leitura das demonstrações financeiras deve considerar esse fato.

	Saldo em 31/12/10
Balanço patrimonial	
Ativo circulante	79.670
Ativo não circulante:	
Realizável a longo prazo	38.532
Permanente	129.528
Passivo circulante	80.079
Passivo não circulante	241.406
Patrimônio líquido	(73.755)
Demonstração do resultado	
Receita líquida de serviços	245.205
Custo dos serviços prestados	(161.448)
Lucro bruto	83.757
Despesas operacionais, líquidas	(40.997)
Resultado financeiro	(468)
Lucro operacional	42.292
Imposto de renda e contribuição social	(387)
Lucro líquido do período	41.905

2. Resumo das Principais Práticas Contábeis: As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. Na nota explicativa nº 36, estão demonstrados os ajustes decorrentes da transição para IFRS/CPC. **2.1. Base de preparação -** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir, na data de transição para IFRS/CPC, ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Kroton. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 3. **a) Demonstrações financeiras consolidadas -** As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. As demonstrações financeiras consolidadas também foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS") emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". Essas são as primeiras demonstrações financeiras apresentadas de acordo com o CPC e as IFRS pela Companhia. As principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas anteriormente no Brasil (BR GAAP antigo) e IFRS/CPC, incluindo as reconciliações do patrimônio líquido estão descritas na nota explicativa nº 36. **b) Demonstrações financeiras individuais -** As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") emitidas pelo CPC e são publicadas com as demonstrações financeiras consolidadas. As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando em conformidade com as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou custo de aquisição. **2.2. Consolidação - a) Controladas -** Controladas são todas as entidades nas quais a Kroton tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, em geral em virtude da detenção de mais da metade dos direitos de voto. A existência e o efeito dos potenciais direitos de voto, atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em conta quando se avalia se a Kroton controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Kroton e deixam de ser consolidadas a partir da data em que tal controle cessa. O método de contabilização de compra é usado para contabilizar a aquisição de controladas pela Companhia. O custo de uma aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos ofertados, dos instrumentos patrimoniais (exemplo: ações) emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos na data da troca, acrescidos dos custos diretamente atribuíveis à aquisição. Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independentemente da proporção de qualquer participação de acionistas não controladores. O excedente do custo de aquisição que ultrapassar o valor justo da participação da Kroton nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio. Se o custo de aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. O processo de consolidação das controladas corresponde à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza de cada saldo, complementada pelas seguintes eliminações: **(i)** Das participações no capital, reservas e resultados acumulados mantidos entre as empresas. **(ii)** Dos saldos de contas correntes e outros saldos, integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as empresas inclusive resultados não realizados. **(iii)** Identificação da participação dos acionistas não controladores. Os exercícios sociais das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da Kroton, e as práticas contábeis das controladas foram aplicadas de forma consistentes com as práticas contábeis da Kroton, considerando as IFRSs efetivas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010. **b) Operações e participações de acionistas não controladores:** A Kroton trata as transações com participações não controladoras como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou as perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados no patrimônio líquido. Quando a Companhia não tem mais o controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma "joint venture" ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados no resultado. **c) Empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Kroton e suas controladas, a seguir relacionadas:

	Participação no capital total - %		
Empresas consolidadas	**31/12/2010**	**31/12/2009**	**01/01/2009**
Controlada direta da Kroton			
EDE - Editora e Distribuidora de	100	99,99	99,99
Controladas indiretas:			
AESG - Faculdade de Guarapari	–	99,99	99,99
ÁGORA - Escolinhas de esporte	99,99	99,99	99,99
CBTA - Faculdade de Rio Claro (iv)	–	99,99	99,99
FAC ARACAJÚ - Faculdade de Aracajú (v)	–	99,99	99,99
FACTEF - Faculdade de Teixeira de Freitas (v)	–	99,99	99,99
FADOM - Faculdade de Divinópolis (v)	–	99,99	99,99
FATEC - Faculdade de Londrina	99,99	99,99	99,99
GK - Faculdade de Feira de Santana (i)	99,99	99,99	99,99
INADE - Instituto de avaliação	99,99	99,99	99,99
JAPI - Faculdade de Jundiaí (v)	–	99,99	99,99
NABEC - Faculdade de Tecnologia de Guarapari (v)	–	99,99	75,00
ORME - Faculdade de Tecnologia de Belo Horizonte	99,99	99,99	99,99
PAX - Editora Rede Católica	99,99	99,99	99,99
PROJECTA - Soluções Educacionais (v)	–	99,99	99,99
PROJECTA EDE - Editora	99,99	99,99	99,99
PSES - Faculdade de Belo Horizonte, Betim, Contagem, Gov. Valadares, Ipatinga, Poços de Caldas, São Luís e Votorantim	99,99	99,99	99,99
SÃO FRANCISCO - Faculdade de Divinópolis (v)	–	99,99	99,99
SEG - Faculdade de Guarapari (v)	–	99,99	99,99
SEL - Escola de Tecnologia de Belo Horizonte	–	–	99,99
SESG - Faculdade de Guarapari (v)	–	99,99	99,99
SPES - Educação básica	99,99	99,99	99,99
SUESC - Faculdade do Rio de Janeiro	99,99	99,99	99,99
UCES - Faculdade de Vitória (ii)	–	–	99,99
UMEP - Faculdade de Londrina	99,99	99,99	99,99
UNILINHARES - Faculdade de Linhares	99,99	99,99	99,99
UNIMINAS - Faculdade de Uberlândia (v)	–	99,99	99,99
IUNI - Faculdade de Cuiabá e controladora de: (iii)	100,00	–	–
UNIC PRIMAVERA ANTIGA - Faculdade Primavera do Leste (iii)	99,99	–	–
UNIC PRIMAVERA NOVA - Faculdade Primavera do Leste (iii)	99,99	–	–
UNIC ROO AE - Faculdade de Rondonópolis (iii)	99,99	–	–
UNIC ROO FP - Faculdade de Rondonópolis (iii)	99,99	–	–
UNIC SINOP - Faculdade de Sinop (iii)	99,99	–	–
UNIC TANGARÁ NORTE - Faculdade de Tangará da Serra (iii)	99,99	–	–
UNIC TANGARÁ SUL - Faculdade de Tangará da Serra (iii)	99,99	–	–
UNIC VG - Faculdade de Várzea Grande (iii)	99,99	–	–
UNIME ITABUNA - Faculdade de Itabuna (iii)	99,99	–	–
UNIME SALVADOR - Faculdade de Salvador (iii)	99,99	–	–
FAMA MARABÁ - Faculdade de Marabá (iii)	99,99	–	–
UNIME LF - Faculdade de Lauro de Freitas e controladora de: (iii)	99,99	–	–
FAMA MACAPÁ - Faculdade de Macapá (iii)	99,99	–	–

(i) Aquisição dos ativos da GK: Em 19 de novembro de 2009, a Companhia adquiriu 99,99% do ativo da sociedade GK, pelo valor de R$500. Este ativo consiste na autorização do Ministério da Educação - MEC para operar com os cursos de Administração, Enfermagem e Engenharia de Produção. (ii) Alienação do investimento na União Capixaba de Ensino Superior Ltda. Em 4 de janeiro de 2010, a Kroton através de sua controlada EDE alienou 100% das cotas do capital social de seu investimento na União Capixaba de Ensino Superior Ltda. - UCES, situada em Vitória - ES, pelo valor de R$72, através de assunção de dívidas desta unidade pelo comprador. Em 31 de dezembro de 2009, o valor do investimento foi reclassificado para bens destinados à venda, e constituída uma provisão para perdas de investimento. (iii) Empresas originárias da IUNI, adquiridas em 12 de março de 2010. (iv) Em 26 de julho de 2010, foi realizada a venda de 100% das cotas sociais da unidade de ensino CBTA - Faculdade de Rio Claro, localizada em Rio Claro - SP. A Administração optou pela venda da CBTA, tendo em vista que a unidade não alcançou a escala desejável de crescimento e ainda demandaria investimentos significativos para atingir um desempenho adequado e em linha com as outras instituições de educação superior da Kroton. O valor da venda de R$2.000 tem o seguinte cronograma de pagamento: • R$1.400 no ato do contrato; • R$100 em 15 de setembro de 2010, condicionados à validação do número efetivo de alunos matriculados na data-base 30 de agosto de 2010; • R$200 até 31 de dezembro de 2010; • R$300 a ser recebido em até maio de 2013. (v) Empresas incorporadas em 1º de agosto de 2010. **d) Demonstrações financeiras individuais:** Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. No caso de Kroton, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem das IFRS aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRSs seria custo ou valor justo. **2.3. Apresentação de relatórios por segmentos -** O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Kroton. **2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação -** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais - R$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Kroton. **2.5. Caixa e equivalentes de caixa -** Incluem numerários em espécie e depósitos bancários. **2.6. Ativos financeiros - 2.6.1. Classificação e mensuração -** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **a) Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Kroton compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e demais contas a receber. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. **b) Ativos financeiros disponíveis para venda:** Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não circulantes, a menos que a Administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. Os ativos disponíveis para venda são classificados pelo valor justo. Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, são reconhecidos como "Receitas financeiras", na demonstração do resultado. **c) Valor justo por meio do resultado:** Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir, quando aplicável, o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade. **2.6.2. Reconhecimento:** As compras e as vendas regulares de ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescido dos custos da transação. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. **2.6.3. Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.6.4. "Impairment" de ativos financeiros: a) Ativos registrados ao custo amortizado:** A Companhia avalia no fim de cada período do relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de "impairment" são incorridos somente se há evidência objetiva de "impairment" como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Companhia utiliza para determinar se há evidência objetiva de uma perda por "impairment" incluem, mas não se limitam a: • Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador; • Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; • Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; • O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo: - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira. - Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira. A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de "impairment". O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração consolidada do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por "impairment" é a atual taxa de juros efetiva determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o "impairment" com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, em um período subsequente, o valor da perda por "impairment" diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o "impairment" ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por "impairment" reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado consolidado. **b) Ativos classificados como disponíveis para venda:** A Companhia avalia no fim de cada período de apresentação de relatórios se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Para os títulos da dívida, a Companhia usa os critérios mencionados no item a). Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo, medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por "impairment" sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente em lucro ou prejuízo, será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração consolidada do resultado. **2.7. Contas a receber de clientes -** Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para "impairment". A provisão para perdas é estabelecida desde o faturamento com base nas performances apresentadas pelas diversas linhas de negócio e respectivas expectativas de cobrança até 360 dias do vencimento. O cálculo da provisão é baseado em estimativas de eficiência para cobrir potenciais perdas na realização das contas a receber, considerando sua adequação contra a performance dos recebíveis de cada linha de negócio consistente com a política de "impairment" de ativos financeiros ao custo amortizável. Normalmente, na prática, são reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para "impairment", se necessária. **2.8. Estoques -** Demonstrados ao custo médio das compras, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização. É constituída provisão para perdas para os itens fora de coleção. **2.9. Imobilizado -** Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção e deduzido da depreciação. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edificações e benfeitorias	25
Equipamentos de informática	5
Móveis, utensílios e instalações	10
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10
Biblioteca	10
Laboratório	10

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (nota explicativa nº 2.11). Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos na rubrica "Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas", na demonstração do resultado. A Companhia e suas controladas não optaram pela adoção da prática de revisão dos custos históricos dos bens do ativo imobilizado e utilização da prática do "custo atribuído" ("deemed cost"), conforme opção prevista nos parágrafos 20 a 29 da ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27, 28, 37 e 43, para registro do saldo inicial do ativo imobilizado na adoção inicial do CPC 27 - Ativo Imobilizado e da ICPC 10. A Administração da Companhia entende que seus ativos permanentes estão registrados ao valor muito próximo do custo atribuído, haja vista a natureza dos bens e o período de sua aquisição. A Administração da Companhia efetuou análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não identificou alterações relevantes a serem efetuadas. **2.10. Ativos intangíveis: a) Ágio:** O ágio é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida e de outros instrumentos de patrimônio adquiridos/trocados. O ágio de controladas é registrado como "ativo intangível". Se a adquirente apurar deságio, este deve ser reconhecido na demonstração do resultado, na data de aquisição. O ágio é testado anualmente, ou, com maior frequência, caso as circunstâncias indiquem que houve redução em seu valor recuperável, para verificar prováveis perdas ("impairment"), e contabilizado pelo seu valor de custo, menos as perdas acumuladas por "impairment", que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado à entidade vendida. O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa - UGCs para fins de teste de "impairment". A alocação é feita para as UGCs ou para um grupo de UGC que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, devidamente segregada, de acordo com o segmento operacional. **b) Programas de computador (softwares) e desenvolvimento de projetos internos:** Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na nota explicativa nº 16. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de softwares identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: • É tecnicamente viável concluir o software/projeto para que esteja disponível para usá-lo ou vendê-lo. • A Administração pretende concluir o software/projeto e usá-lo ou vendê-lo. • O software/projeto pode ser vendido ou usado. • O software/projeto gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados. • Recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados estão disponíveis para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software/projeto. • O gasto atribuível ao software/projeto durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software/projeto, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de software/projeto e uma parcela adequada das despesas diretas relevantes. Os custos com desenvolvimento que não atendem a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesas não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos com o desenvolvimento de software/projeto reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas descritas na nota explicativa nº 16. **2.11. "Impairment" de ativos não financeiros:** Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de "impairment". Os ativos que têm vida útil definida são revisados para verificação de indicadores de "impairment" em cada data do balanço e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Caso exista indicador, os ativos são testados para "impairment". Uma perda por "impairment" é reconhecida pelo montante que o custo contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do "impairment", os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (UGCs). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido "impairment", são revisados para a análise de uma possível reversão do "impairment" na data de apresentação do relatório. **2.12. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios. Essas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **2.13. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **2.14. Provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis:** As provisões para perdas, relacionadas a processos judiciais e administrativos trabalhistas, tributários e cíveis, são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.15. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** As despesas fiscais do exercício compreendem o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) correntes e diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio. O IRPJ é calculado com base no resultado, ajustado ao lucro real pelas adições e exclusões previstas na legislação. A CSLL é calculada à alíquota vigente sobre o resultado antes do imposto

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 (Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013). A publicação é parte do projeto de melhorias do IASB sobre a mensuração, a classificação e o reconhecimento de instrumentos financeiros emitido em novembro de 2009 e substitui a parte da IAS 39 relacionada à mensuração e classificação de ativos financeiros. Esse pronunciamento determina a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: ativos reconhecidos ao valor justo e ativos reconhecidos ao valor de custo amortizado com a determinação da classificação, sendo realizada no momento do reconhecimento do ativo e de acordo com o modelo de negócios da Companhia e as características do instrumento financeiro contratado. Em virtude das características dos instrumentos financeiros atualmente contratados pela Companhia, não são esperados efeitos significativos no momento da adoção desse pronunciamento a partir de 1º de janeiro de 2013. Considerando as atuais operações da Companhia e de suas controladas, a Administração não espera que essas novas normas, interpretações e alterações tenham um efeito relevante sobre as demonstrações financeiras a partir de sua adoção. O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRS novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

3. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos: Práticas contábeis críticas são aquelas que são: (a) importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados; e (b) requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos. Na preparação das demonstrações financeiras, a Companhia adotou variáveis e premissas derivadas de experiência histórica e vários outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Ainda que essas estimativas e premissas sejam revisadas pela Companhia no curso ordinário dos negócios, a demonstração da sua condição financeira e dos resultados das operações frequentemente requer o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões inerentemente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos. Os resultados reais podem ser distintos dos estimados sob variáveis, premissas ou condições diferentes. A fim de proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, incluímos comentários referentes a cada prática contábil crítica descrita a seguir:

a) Perda ("impairment") estimativa do ágio: Ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio, não são amortizados e são testados anualmente para identificar uma deterioração destes, por meio de uma metodologia conhecida como "impairment test". Para o propósito de se identificar uma deterioração do ágio, estes são agrupados no nível mais baixo para os quais podem ser identificados fluxos de caixa (UGCs), e a alocação é efetuada de forma proporcional. O ágio é registrado pelo custo menos perdas por deterioração acumuladas. Perdas por deterioração do ágio são registradas no resultado do exercício em que ocorrerem e não podem ser revertidas em exercícios seguintes, mesmo que as condições que ocasionaram a perda deixem de existir. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo consolidado de ágio é de R$488.818 (R$91.045 e R$101.559 em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, respectivamente). **b) Imposto de renda diferido:** O método do passivo (conforme o conceito descrito no "IAS 12 - Liability Method") de contabilização do imposto de renda é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e os seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data das demonstrações financeiras e reduzido ao montante que não seja mais realizável por meio de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas, quando da definição da necessidade de registrar, e o montante a ser registrado do ativo fiscal. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo consolidado líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos é de R$8.896 (R$9.776 e R$12.611 em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, respectivamente). **c) Provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis:** A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. As provisões são constituídas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos, internos e externos, da Kroton. A Administração acredita que essas provisões estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo consolidado da provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis é de R$30.441 (R$5.270 e R$990 em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, respectivamente). **d) Vida útil de ativos de longa duração:** A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos de longa duração com base em vida útil estimada. A vida útil desses ativos afetam os testes de recuperação do custo, quando necessário.

4. Gestão de Risco Financeiro: 4.1. Fatores de risco financeiro: a) Política de utilização de instrumentos financeiros: As atividades da Kroton a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O objetivo da Companhia na gestão de capital é garantir os recursos necessários à execução da estratégia da Companhia ao menor custo de capital, buscando maximizar o retorno aos seus acionistas. No exercício de 2010, a Companhia apresentava caixa líquido destinado a fazer frente aos seus ciclos de negócio, bem como a viabilizar a estratégia de crescimento da Companhia. As decisões de investimento levam em consideração o potencial de retorno esperado.

b) Risco de mercado: Risco de fluxo de caixa associado à taxa de juros: Esse risco é oriundo da possibilidade de as empresas da Kroton incorrerem em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se do risco de volatilidade dessas taxas.

As taxas de juros contratadas para os empréstimos e financiamentos no passivo circulante e no passivo não circulante podem ser demonstradas conforme a seguir:

	31/12/2010	%	31/12/2009	%	01/01/2009	%
Empréstimos e financiamentos:						
Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA	10.911	11,9	13.842	93,1	16.606	95,1
Unidade Monetária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - UMBNDES	–	–	–	–	847	4,9
Certificado de Depósito Interbancário - CDI	74.617	81,8	–	–	–	–
Outras	5.743	6,3	1.027	6,9	–	–
	91.271	100,0	14.869	100,0	17.453	100,0

c) Risco de crédito: A política de vendas da Companhia e de suas controladas está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios limitados às regras do Governo Federal (Lei nº 6.870/99, que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares). A matrícula para o período letivo seguinte é bloqueada sempre que o aluno fica inadimplente com a instituição. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus alunos, assim como o acompanhamento dos prazos, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. A Companhia e suas controladas constituíram provisão para créditos de realização duvidosa de R$58.247 correspondente a 28,21% (2009 - R$24.284 correspondentes a 27,44% e 1º de janeiro de 2009 - R$5.718 correspondentes a 8,47%), do saldo bruto das contas a receber de terceiros em aberto para fazer face ao risco de crédito. A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e aplicações financeiras efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e de acordo com limites previamente estabelecidos. **d) Risco de liquidez:** A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Kroton, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos
Em 31 de dezembro de 2010:			
Empréstimos e financiamentos	30.569	29.892	25.069
Obrigações com arrendamento financeiro	3.477	1.896	368
Fornecedores	24.653	–	–
Outras obrigações	75.069	28.987	58.630
Em 31 de dezembro de 2009:			
Empréstimos e financiamentos	4.842	6.620	3.510
Obrigações com arrendamento financeiro	323	790	–
Fornecedores	9.896	–	–
Outras obrigações	34.307	16.515	–
Em 1º de janeiro de 2009:			
Empréstimos e financiamentos	5.453	6.399	6.398
Fornecedores	15.930	–	–
Outras obrigações	38.944	15.806	–

4.2. Gestão de capital: O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é garantir os recursos necessários à execução da estratégia ao menor custo de capital, buscando maximizar o retorno aos seus acionistas.

No exercício de 2010, a Companhia apresentava caixa líquido destinado a viabilizar a estratégia de crescimento, seja organicamente, seja por meio de aquisições. As decisões de investimento levam em consideração o potencial de retorno esperado.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim demonstrados:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Total dos empréstimos (nota nº 18)	–	–	–	91.271	14.869	17.453
Menos: caixa e equivalentes de caixa (nota nº 7)	(13)	(53)	(5)	(26.168)	(17.264)	(9.114)
Dívida líquida	(13)	(53)	(5)	65.103	(2.395)	8.339
Total do patrimônio líquido	816.176	793.395	445.125	816.176	793.418	445.085
Total	816.163	793.342	445.120	881.279	791.023	453.424
Índice de alavancagem financeira	(0,0)%	(0,0)%	(0,0)%	7,9%	(0,3)%	1,8%

4.3. Estimativa do valor justo: Pressupõe-se que o saldo contábil das contas a receber de clientes menos a provisão para perdas seja próximo de seu valor justo. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível à Companhia para instrumentos financeiros similares. **a)** Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo no balanço patrimonial. A Companhia aplica a alteração à IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo: • Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1). • Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (como preços), seja indiretamente (como derivados dos preços) (nível 2). • Inserções aos ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (inserções não observáveis) (nível 3). A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos da Kroton mensurados pelo valor justo:

	Nível 2 31/12/10	Nível 2 31/12/09	Nível 2 01/01/09
Ativos -			
Ativos financeiros disponíveis para venda -			
Certificados de Depósito Bancário - CDB	7.435	393.120	69.876
Cotas de fundos de investimentos	–	–	45.173
Outros	–	–	55
Total do ativo	7.435	393.120	115.104

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos baseia-se nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora e aqueles preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia não possuía instrumentos financeiros classificados no nível 1. O valor justo dos instrumentos financeiros, que não são negociados em mercados ativos, é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado em que está disponível e baseiam-se o menos possível nas estimativas específicas da Companhia. Se todas as informações relevantes exigidas do valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento financeiro estará incluído no nível 2. Os instrumentos financeiros incluídos no nível 2 compreendem, principalmente, os investimentos classificados como títulos disponíveis para venda. Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 3. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia não possuía instrumentos financeiros classificados no nível 3. **a) Valor justo de empréstimos e financiamentos:** O valor contábil dos financiamentos tem suas taxas atreladas ao IPCA e à UMBNDES e se aproxima do valor de mercado. **b) Demais ativos e passivos financeiros:** O valor justo dos demais ativos e passivos financeiros não diverge significativamente dos valores contábeis destes, na extensão que foram pactuados e registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares. **4.4. Análise de sensibilidade:** Apresentamos, a seguir, o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais à Companhia, com cenário mais provável, segundo a avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de doze meses. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente. Para a análise de sensibilidade, foram utilizados como premissa os indicadores macroeconômicos vigentes por ocasião do encerramento do exercício social, por entender que, devido à volatilidade de mercado, o cenário provável para o exercício de 2011 seria equiparado ao de 31 de dezembro de 2010.

a) Títulos e valores mobiliários

Indexador	Valor	Risco	Cenário provável	Cenário possível (25%)	Cenário remoto (50%)
CDI	7.435	Desvalorização do CDI	722	542	361

b) Empréstimos e financiamentos

Indexador	Valor	Risco	Cenário provável	Cenário possível (25%)	Cenário remoto (50%)
IPCA	10.911	Alta do IPCA	645	806	968
CDI	80.360	Alta do CDI	7.803	9.754	11.705

Indexadores utilizados (cenário provável): CDI - 9,71% e IPCA - 5,91%. A Administração elaborou análise de sensibilidade para os demais instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2010 e verificou que estes não apresentam risco de prejuízo material.

5. Instrumentos Financeiros por Categoria

	Empréstimos e recebíveis	Disponível para venda	Total
Ativos -			
31 de dezembro de 2010:			
Títulos e valores mobiliários (sem liquidez imediata)	–	7.435	7.435
Contas a receber de clientes	147.295	–	147.295
Demais contas a receber (excluindo pagamentos antecipados)	70.020	–	70.020
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado			
Caixa e equivalentes de caixa	26.168	–	26.168
	243.483	7.435	250.918

	Passivos mensurados ao custo amortizado	Total
Passivos -		
31 de dezembro de 2010:		
Empréstimos	85.530	85.530
Obrigações de arrendamento financeiro	5.741	5.741
Fornecedores	24.653	24.653
Outras obrigações (excluindo obrigações estatutárias)	162.686	162.686
	278.610	278.610

	Empréstimos e recebíveis	Disponível para venda	Total
Ativos -			
31 de dezembro de 2009:			
Títulos e valores mobiliários	–	393.120	393.120
Contas a receber de clientes	63.795	–	63.795
Demais contas a receber (excluindo pagamentos antecipados)	41.649	–	41.649
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado-			
Caixa e equivalentes de caixa	17.264	–	17.264
	122.708	393.120	515.828

	Passivos mensurados ao custo amortizado	Total
Passivos -		
31 de dezembro de 2009:		
Empréstimos	13.842	13.842
Obrigações de arrendamento financeiro	1.027	1.027
Fornecedores, empreiteiros e fretes	9.896	9.896
Outras obrigações (excluindo obrigações estatutárias)	38.874	38.874
	63.639	63.639

	Empréstimos e recebíveis	Disponível para venda	Total
Ativos -			
1º de janeiro de 2009:			
Títulos e valores mobiliários	–	115.104	115.104
Contas a receber de clientes	61.689	–	61.689
Demais contas a receber (excluindo pagamentos antecipados)	41.683	–	41.683
Caixa e equivalentes de caixa	9.114	–	9.114
	112.486	115.104	227.590

	Passivos mensurados ao custo amortizado	Total
Passivos -		
1º de janeiro de 2009:		
Empréstimos	17.453	17.453
Fornecedores, empreiteiros e fretes	15.930	15.930
Outras obrigações (excluindo obrigações estatutárias)	48.044	48.044
	81.427	81.427

6. Qualidade do Crédito dos Ativos Financeiros: A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou "impaired" pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Contas a receber de clientes-			
Contrapartes sem classificação externa de crédito:			
Grupo 1 - educação superior	173.301	34.171	41.706
Grupo 2 - educação básica	33.212	29.624	19.983
	206.513	63.795	61.689
Conta-corrente e depósitos bancários de curto prazo[1]:			
AAA	14.487	15.218	6.895
AA	10.420	1.220	1.513
A	3	545	8
BBB	-	42	96
Outros	1.258	239	602
	26.168	17.264	9.114

O saldo residual da rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" do balanço patrimonial é dinheiro em caixa.

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Títulos de dívida disponíveis para venda:			
AAA	–	337.716	69.587
AA	278	43.669	39.623
A	6.774	6.300	5.894
Outros	383	5.435	–
	7.435	393.120	115.104

• Grupo 1 - Clientes/partes relacionadas existentes provenientes dos produtos oferecidos na educação superior.

• Grupo 2 - Clientes/partes relacionadas existentes provenientes dos produtos oferecidos na educação básica.

Nenhum dos ativos financeiros totalmente adimplentes foi renegociado no último exercício.

7. Caixa e Equivalentes de Caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis, conforme a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Bancos - conta movimento	13	53	5	26.168	17.264	9.114
	13	53	5	26.168	17.264	9.114

8. Títulos e Valores Mobiliários: Os títulos e valores mobiliários incluem ativos financeiros classificados como disponível para venda, conforme a seguir:

	Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
CDB (a)	7.435	393.120	69.876
Cotas de fundos de investimento (b)	–	–	45.173
Outros	–	–	55
	7.435	393.120	115.104

As aplicações supramencionadas possuem liquidez imediata e foram classificadas como títulos e valores mobiliários, por estarem substancialmente vinculadas a investimentos futuros relacionados aos projetos de expansão. O rendimento médio mensal no exercício de 2010 foi de 0,97% (2009 - 0,88%), e o montante de receitas financeiras geradas foi de R$9.111 (2009 - R$21.826). **(a)** Refere-se a aplicações financeiras em CDB, com rendimentos atrelados à variação do CDI, com rendimento de 99% a 106% do CDI (31 de dezembro de 2009 de 100% a 104,5 %, 1º de janeiro de 2009 de 101% a 102 %). Em 2010, estão atrelados aos empréstimos ativos; portanto, classificados como não circulantes. **(b)** Referem-se a aplicações financeiras em fundos de investimento, com vencimento original de 90 dias, cuja variação do valor diário das cotas está atrelada ao mercado financeiro. Os títulos e valores mobiliários classificados como ativos financeiros disponíveis para venda em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e em 1º de janeiro de 2009 são mantidos em reais. A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil dos títulos de dívida classificados como disponíveis para venda. Nenhum desses ativos financeiros está vencido ou "impaired".

11. Adiantamentos a Fornecedores

Campus	Fornecedor	Controladora 31/12/2010	Controladora 31/12/2009	Consolidado 31/12/2010	Consolidado 31/12/2009	Consolidado 01/01/2009
Campus Betim	PFC Gestão Patrimonial	–	–	11.253	7.081	2.223
Campus Raja	Construtora Almeida	–	–	5.837	7.388	8.260
Campus Governador Valadares	Novatécnica	–	–	–	1.000	1.000
Outros		–	45	4.658	2.535	2.973
		–	–	21.748	18.004	14.456
Ativo circulante		–	45	8.353	5.510	5.693
Ativo não circulante		–	–	13.395	12.494	8.763

Consistem, substancialmente, em antecipações a fornecedores para construção e manutenção dos prédios das unidades de ensino superior de Betim, Raja e Governador Valadares. Esses valores são classificados como recuperáveis no ativo circulante, pois serão compensados no pagamento mensal dos aluguéis e corrigidos mensalmente, conforme determinado em contrato.

12. Tributos a Recuperar

Circulante:	31/12/2010	31/12/2009
IRPJ e CSLL a recuperar (a)	11.714	4.547
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS IV - parcelas de adesão (b)	1.912	–
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a recuperar	1.055	445
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS a recuperar	290	77
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN a recuperar	224	29
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS a recuperar	22	234
	15.217	5.332
Não circulante -		
INSS a recuperar (c)	4.693	–
Total de impostos a recuperar	19.910	5.332

(a) Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre aplicações financeiras e pagamentos de estimativas mensais de IRPJ e CSLL, formado, principalmente, no exercício corrente da EDE, que representa R$7.198, e da IUNI, que totaliza R$1.463 do saldo apresentado. Saldo este que será utilizado para abater o passivo de IRPJ e CSLL, bem como compor saldo negativo de IRPJ e CSLL, que poderá ser utilizado para compensar qualquer tributo federal administrado pela Receita Federal do Brasil. **(b)** Em abril de 2008, algumas controladas aderiram ao parcelamento regulamentado pela Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 06/07, denominado "Parcelamento das IES". Posteriormente, as mesmas controladas resolveram abandonar essa modalidade de parcelamento e aderiram ao REFIS IV, instituído pela Lei nº 11.941/09. Como o "parcelamento das IES" ainda não tinha sido consolidado, todos os pagamentos de parcelas de adesão a esse programa de financiamento serão objeto de ressarcimento e/ou compensação com outros débitos tributários, de acordo com processos administrativos ou judiciais de iniciativa da Companhia, perante os órgãos competentes. **(c)** Do saldo R$3.919 referem-se à liquidação antecipada de parcelamentos previdenciários e parcelamento das FIES da UNIME LF, que serão utilizados na amortização do saldo a ser consolidado no REFIS IV.

13. Imposto de Renda e Contribuição Social: a) Imposto de renda e contribuição social no resultado: O imposto de renda e a contribuição social diferem do valor teórico que seria obtido com o uso das alíquotas nominais de imposto de renda e contribuição social, aplicável ao lucro das entidades consolidadas, como segue:

a.1) Controladora

	2010	2009
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(29.623)	(8.013)
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	34	34
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	10.072	2.724
Reconciliação para a receita do imposto de renda e dacontribuição social		
Equivalência patrimonial	(9.565)	(2.436)
Crédito tributário não constituído	(507)	(288)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	–	–

a.2) Consolidado

	2010	2009
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(27.186)	(1.352)
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	34	34
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	9.243	460
Reconciliação para a receita do imposto de renda e da contribuição social		
Incentivo fiscal em controlada sujeita ao benefício PROUNI (a)	10.009	7.684
Exclusões permanentes, líquidas	(8.323)	(11.964)
Reversão de crédito tributário e complemento de anos anteriores	–	(2.503)
Crédito tributário não constituído (b)	(13.366)	(338)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(2.437)	(6.661)

(a) Corresponde a empresas que possuem isenção do imposto de renda e da contribuição social devido à adesão ao PROUNI. **(b)** Esses valores estão relacionados a crédito tributário proveniente de reestruturação societária, que está sendo aproveitado na proporção de 1/120 meses. As diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos incluídos nos registros contábeis, preparados de acordo com as IFRSs, foram reconhecidas como diferenças temporárias, para fins de contabilização dos impostos diferidos em contrapartida à despesa (ou receita) no resultado. **b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Os saldos de ativos diferidos, registrados substancialmente na controlada EDE, apresentam-se como segue:

	Consolidado		
	2010	2009	2008
Prejuízos fiscais de imposto de renda	5.106	4.181	4.329
Bases negativas de contribuição social	1.838	1.507	1.558
Diferenças temporárias (principalmente ágios)	3.569	4.553	6.724
	10.513	10.241	12.611

9. Contas a Receber - Consolidado

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Ensino superior	173.301	58.952	47.009
Educação básica	33.212	29.552	20.398
	206.513	88.504	67.407
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PDD):			
Ensino superior	(51.280)	(22.239)	(4.737)
Educação básica	(6.967)	(2.045)	(981)
Contas a receber de clientes, líquidas	148.266	64.220	61.689
Ajuste a valor presente (a)	(971)	(425)	–
	147.295	63.795	61.689
Ativo circulante	124.451	63.795	61.689
Ativo não circulante (b)	22.844	–	–

(a) O Ajuste a Valor Presente - AVP é calculado somente sobre os saldos das contas a receber das coleções de livros, por meio do fluxo de caixa descontado, utilizando o Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC como taxa de desconto. À medida que ocorre a realização das contas a receber, o saldo classificado como AVP é reconhecido como receita financeira. **(b)** Referem-se a renegociações e a créditos estudantis. Os valores a receber da venda de livros foram, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, com o uso do método da taxa de juros efetiva. Em 2009, os seguintes ajustes foram efetuados nas contas a receber e na provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	2009
Baixa das contas a receber (a)	20.671
Baixa de cheques devolvidos (b)	8.150
Aumento da provisão para créditos de liquidação duvidosa (c)	6.377
	35.198

(a) No quarto trimestre de 2009, foi concluída a centralização do sistema acadêmico e de cobrança denominado "Lyceum", integrando 24 faculdades a um mesmo ambiente acadêmico e financeiro. Junto com a centralização foram realizados a migração para o sistema de todo o histórico financeiro e acadêmico dos alunos ativos e inativos, a revisão ampla das regras de crédito, a retenção e evasão dos alunos, a limpeza de cadastros, a migração de bancos de dados e o cruzamento de informações entre esse sistema e a contabilidade. Em decorrência desse trabalho, foi identificada a necessidade de registrar baixa de parcela das contas a receber, para refletir os títulos cobráveis de alunos identificáveis dentro do novo sistema, tendo sido registrado ajuste de R$20.671 na rubrica "Despesas operacionais com vendas" do exercício findo em 31 de dezembro de 2009. **(b)** Em dezembro de 2009, também foi concluída a centralização de controles internos de cheques recebidos nas diversas faculdades de ensino superior e efetuada revisão das condições de cobrança desses cheques que se referem, principalmente, à renegociação com alunos inadimplentes. Como resultado desse trabalho, os cheques que foram devolvidos por bancos, considerados de difícil cobrança, foram objeto de baixa, também registrada na rubrica "Despesas operacionais com vendas" do exercício. **(c)** Em conexão com as atividades descritas na referência (a), foi conduzida uma ampla revisão da base de alunos ativos e inativos, com o apoio de uma consultoria externa, com o objetivo de gerar indicadores de expectativa de perda, com base na eficiência da carteira de cobrança por faixa de atraso, para cada uma das instituições de ensino. Também foram finalizados as novas regras de cobrança, os indicadores de desempenho e a centralização das atividades de crédito e cobrança. Devido ao resultado desse trabalho, no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, foi reconhecido um ajuste inicial de R$6.377, na provisão para créditos de liquidação duvidosa, tendo como base a mudança de expectativa de recebimento de títulos em atraso, também registrado na rubrica "Despesas operacionais com vendas". Em 31 de dezembro de 2010, foi estabelecido que somente as mensalidades de faculdades vencidas até 360 dias permaneceriam nas contas a receber. Em decorrência dessa decisão, foi efetuada a baixa de todos os títulos vencidos acima de 360 dias, conforme a seguir:

	2010
Baixa dos títulos vencidos há mais de 360 dias	23.396
Baixa de PDD acumulada	(23.396)
	–

As contas a receber de clientes da Kroton em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e em 1º de janeiro de 2009 são mantidas em reais. A Companhia não possui operações de desconto de duplicata em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e em 1º de janeiro de 2009. Em 31 de dezembro de 2010, as contas a receber no montante de R$63.222 (31 de dezembro de 2009 - R$18.360 e 1º de janeiro de 2009 - R$8.293) estavam totalmente adimplentes. Em 31 de dezembro de 2010, as contas a receber no montante de R$84.073 (31 de dezembro de 2009 - R$45.860 e 1º de janeiro de 2009 - R$53.396) estavam vencidas, mas não "impaired". Essas contas se referem a diversos clientes independentes que não possuem histórico de inadimplência recente. A análise de vencimento dessas contas a receber de clientes líquidas está apresentada a seguir:

	31/12/2010	31/12/2009
Até 3 meses	31.427	15.353
De 3 a 6 meses	31.006	9.716
De 7 a 12 meses	21.640	9.912
De 13 a 18 meses	–	10.879
	84.073	45.860

Em 31 de dezembro de 2010, as contas a receber no total de R$58.247 (31 de dezembro de 2009 - R$24.484 e 1º de janeiro de 2009 - R$5.718) estavam "impaired" e provisionadas. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo das contas a receber totalizava R$147.295 (31 de dezembro de 2009 - R$63.795 e 1º de janeiro de 2009 - R$61.689). A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada a seguir:

	31/12/2010	31/12/2009
Valores a vencer-	64.439	18.360
Vencidos:		
Até 30 dias	19.231	6.807
Entre 31 e 60 dias	15.979	4.514
Entre 61 e 90 dias	9.259	4.032
Acima de 91 dias	97.605	54.791
Provisão para perdas de contas a receber de clientes	(58.247)	(24.284)
AVP	(971)	(425)
	147.295	63.795

As movimentações na provisão para perdas de contas a receber de clientes da Kroton são as seguintes:

	2010	2009
Saldo inicial em 1º de janeiro	24.284	5.718
Adição proveniente da IUNI	29.222	–
Provisão para perdas de contas a receber de clientes	28.137	18.566
Baixa de PDD acumulada	(23.396)	–
Saldo em 31 de dezembro	58.247	24.284

A constituição e a baixa da provisão para contas a receber "impaired" foram registradas no resultado do exercício na rubrica "Despesas com vendas" (nota explicativa nº 29). A despesa com descontos foi registrada na rubrica "Dedução da receita". Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos. A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação das demonstrações financeiras é o valor contábil de cada classe de contas a receber supramencionada. A Companhia não mantém nenhuma garantia como título.

10. Estoques - Consolidado

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Livros e coleções "Pitágoras"	11.066	11.328	8.384
Software educacional (a)	5.010	–	–
Materiais para publicidade e outros	1.935	264	257
Livros comerciais	1.737	232	697
Matéria-prima	1.477	2.207	1.040
Outros	708	368	996
Provisão para perdas (b)	(3.011)	(2.049)	(654)
	18.922	12.350	10.720

(a) Em setembro de 2010, foi assinado um acordo com a Designmate, empresa indiana de "e-learning" em 3D, cujo contrato permite licenciar a terceiros a biblioteca de conteúdos de ensino. **(b)** A provisão para perdas prováveis sobre os estoques de livros e coleções de exercícios anteriores é calculada com base na expectativa de realização destes. Parte desses estoques é

virtude do ProUNI em 2010 representam R$29.839 (2009 - R$7.684 e 2008 - R$6.568). Adicionalmente, as empresas que têm como atividade principal a comercialização de livros gozam do benefício do não recolhimento do PIS e da COFINS sobre as receitas provenientes da venda de livros no mercado interno, conforme estabelecido pelo artigo 28 da Lei nº 10.865/04. Essas empresas também gozam da não incidência do ICMS sobre a circulação de livros didáticos.

14. Investimentos: a) Informação sobre investimentos - controlada EDE:

	Em 31 de dezembro de	
	2010	2009
Quantidade de cotas possuídas	843.569.174	790.399.960
Participação no capital social - %	100	99,99
Capital social	790.891	790.340
Patrimônio líquido	786.893	816.528
Prejuízo do exercício	(28.131)	(7.165)
Saldo contábil do investimento (*)	765.427	793.415
Equivalência patrimonial	(28.131)	(7.165)

(*) O saldo contábil do investimento e o patrimônio líquido da controlada diferem devido à participação recíproca entre as empresas.

A movimentação do investimento nos exercícios é como segue:

	2010	2009
Saldo inicial	793.415	439.231
Aumento de capital	551	386.274
Resultado de equivalência	(28.131)	(7.165)
Dividendos antecipados	–	(24.871)
Compra de ações da Companhia para tesouraria	(3.304)	(368)
Outorga de plano de opção de ações	3.031	377
Outros	(135)	(63)
Saldo final	765.427	793.415

b) Informações sobre investimentos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 - Participação da EDE nas suas controladas

	Quantidade de cotas possuídas		Capital social		Patrimônio líquido contábil	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
AESG	–	7.850	–	7.850	–	6.193
ÁGORA	809.198	709.198	809	709	114	49
CBTA	–	2.403.044	–	2.403	–	1.120
FAC. ARACAJÚ	–	56.022	–	56	–	39
FACTEF	–	2.014.333	–	2.014	–	3.421
FADOM	–	4.985.223	–	4.985	–	5.993
FATEC	916.919	816.919	917	817	687	575
GK	471.168	5.000	471	5	(62)	–
INADE	1.000.000	1.000.000	1.000	1.000	2.647	3.538
JAPI	–	5.968.809	–	5.969	–	3.165
NABEC	–	10.000	–	10	–	(654)
ORME	19.563.840	17.513.840	19.564	17.514	12.804	13.294
PAX	7.076.972	4.306.972	7.077	4.307	6.522	2.801
PROJECTA	–	100.000	–	93	–	46
PROJECTA EDE	9.233.336	5.003.336	9.233	5.003	4.951	2.287
PSES	124.036.613	106.336.613	124.037	106.337	136.407	134.068
SÃO FRANCISCO	–	258.000	–	258	–	258
SEG	–	299.787	–	300	–	294
SEL	–	–	–	–	–	–
SESG	–	60	–	60	–	553
SPES	18.352.151	18.316.710	18.352	18.317	19.201	16.011
SUESC	24.762.598	24.763.000	24.763	24.763	15.052	20.084
UCES	–	2.771.075	–	2.771	–	–
UMEP	19.759.874	18.009.874	19.760	18.010	7.464	6.405
UNILINHARES	8.157.757	6.927.757	8.158	6.928	6.831	4.681
UNIMINAS	–	10.168.304	–	10.168	–	5.423
IUNI	2.000.000	–	2.000	–	(73.755)	–
UNIC PRIMAVERA ANTIGA	366.000	–	366	–	(61)	–
UNIC PRIMAVERA NOVA	1.457.000	–	1.457	–	2.009	–
UNIC ROO AE	150.000	–	150	–	3.267	–
UNIC ROO FP	2.111.703	–	2.112	–	(1.504)	–
UNIC SINOP	120.000	–	120	–	2.840	–
UNIC TANGARÁ NORTE	3.097.000	–	3.097	–	(1.278)	–
UNIC TANGARÁ SUL	3.236.010	–	3.236	–	541	–
UNIC VG	271.100	–	271	–	1.340	–
UNIME ITABUNA	5.069.000	–	5.069	–	2.889	–
UNIME SALVADOR	7.115.000	–	7.115	–	178	–
FAMA MARABÁ	291.900	–	292	–	(228)	–
UNIME LF	23.718.026	–	23.718	–	(1.119)	–
FAMA MACAPÁ	40.000	–	40	–	(1.585)	–

	Lucro (prejuízo) do exercício		Saldo contábil do investimento na controlada EDE		Equivalência patrimonial na controlada EDE	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
AESG	(834)	283	–	6.193	(834)	282
ÁGORA	(35)	(301)	114	49	(35)	(301)
CBTA	(786)	(1.346)	–	1.120	(786)	(1.346)
FAC. ARACAJÚ	(1)	–	–	39	(1)	–
FACTEF	685	1.924	–	3.421	685	1.925
FADOM	(165)	(625)	–	5.993	(165)	(625)
FATEC	11	(212)	687	575	11	(212)
GK	(534)	–	(62)	–	(534)	–
INADE	(891)	359	2.647	3.538	(891)	360
JAPI	(758)	(1.096)	–	3.165	(758)	(1.097)
NABEC	(3)	(414)	–	(654)	(3)	(474)
ORME	(2.539)	(6.645)	12.804	13.294	(2.539)	(6.646)
PAX	950	(586)	6.522	2.801	950	(588)
PROJECTA	(11)	(47)	–	46	(11)	(47)
PROJECTA EDE	(1.566)	(1.349)	4.951	2.287	(1.566)	(1.349)
PSES	(15.374)	1.924	136.407	134.068	(15.374)	1.921
SÃO FRANCISCO	–	–	–	258	–	–
SEG	(5)	(6)	–	294	(5)	(6)
SEL	–	(82)	–	–	–	(82)
SESG	318	278	–	553	318	279
SPES	3.152	1.967	19.201	16.011	3.152	1.966
SUESC	(5.034)	641	15.052	20.084	(5.034)	641
UCES	–	(1.175)	–	–	–	(1.175)
UMEP	(691)	(5.434)	7.464	6.405	(691)	(5.433)
UNILINHARES	920	(1.076)	6.831	4.681	920	(1.073)
UNIMINAS	(1.751)	(697)	–	5.423	(1.751)	(698)
IUNI (*)	41.905	–	(73.755)	–	41.905	–
UNIC PRIMAVERA ANTIGA (*)	870	–	(61)	–	870	–
UNIC PRIMAVERA NOVA (*)	2.259	–	2.009	–	2.259	–
UNIC ROO AE (*)	3.866	–	3.267	–	3.866	–
UNIC ROO FP (*)	903	–	(1.504)	–	903	–
UNIC SINOP (*)	1.107	–	2.840	–	1.107	–
UNIC TANGARÁ NORTE (*)	38	–	(1.278)	–	38	–
UNIC TANGARÁ SUL (*)	1.189	–	541	–	1.189	–
UNIC VG (*)	1.219	–	1.340	–	1.219	–
UNIME ITABUNA (*)	4.855	–	2.889	–	4.855	–
UNIME SALVADOR (*)	216	–	178	–	216	–
FAMA MARABÁ (*)	(51)	–	(228)	–	(51)	–
UNIME LF (*)	8.770	–	(1.119)	–	8.770	–
FAMA MACAPÁ (*)	853	–	(1.585)	–	853	–
	–	–	146.152	229.644	43.057	(13.778)

(*) Lucro e equivalência a partir do mês de março de 2010.

15. Imobilizado - Consolidado

	Taxa média de depreciação anual %	31/12/2010 Custo	31/12/2010 Depreciação acumulada	31/12/2010 Imobilizado líquido	31/12/2009 Custo	31/12/2009 Depreciação acumulada	31/12/2009 Imobilizado líquido	01/01/2009 Custo	01/01/2009 Depreciação acumulada	01/01/2009 Imobilizado líquido
Equipamentos de informática	20	27.215	(14.947)	12.268	17.041	(8.141)	8.900	14.839	(6.141)	8.698
Móveis, equipamentos e utensílios	10	76.228	(24.049)	52.179	41.391	(11.506)	29.885	34.678	(9.319)	25.359
Biblioteca	10	42.873	(15.321)	27.552	26.121	(6.418)	19.703	25.239	(4.923)	20.316
Edificações e benfeitorias	4	112.100	(16.386)	95.714	84.513	(9.978)	74.535	53.455	(5.030)	48.425
Imobilizado em andamento		14.479	–	14.479	20.476	–	20.476	23.808	(24)	23.784
Terrenos		21.174	–	21.174	14.154	–	14.154	14.154	–	14.154
		294.069	(70.703)	223.366	203.696	(36.043)	167.653	166.173	(25.437)	140.736

A depreciação do exercício alocada às rubricas "Custo dos serviços prestados" e "Despesas administrativas" foi de R$20.528 (R$11.903 em 2009).

Os itens do ativo imobilizado não possuem evidência de que os custos registrados são maiores que os seus valores de recuperação.

A movimentação do imobilizado pode ser demonstrada como segue:

	Equipamento de informática	Móveis, equipamentos e utensílios	Biblioteca	Edificações e benfeitorias	Imobilizado em andamento	Terrenos	Imobilizado
Saldos em 1º de janeiro de 2009	8.698	25.359	20.316	48.425	23.784	14.154	140.736
Adições	2.907	7.843	2.966	11.551	15.477	–	40.744
Baixas	(284)	–	(1.376)	(264)	–	–	(1.924)
Depreciação	(2.421)	(3.317)	(2.203)	(3.962)	–	–	(11.903)
Transferência	–	–	–	18.785	(18.785)	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2009	8.900	29.885	19.703	74.535	20.476	14.154	167.653
Adição proveniente da IUNI líquida	2.822	16.599	6.967	7.741	2.941	1.216	38.286
Adições	5.145	11.917	5.003	2.043	8.854	5.804	38.766
Baixas	(17)	(155)	(495)	(144)	–	–	(811)
Depreciação	(4.582)	(6.067)	(3.626)	(6.253)	–	–	(20.528)
Transferência	–	–	–	17.792	(17.792)	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2010	12.268	52.179	27.552	95.714	14.479	21.174	223.366

A Companhia arrenda equipamentos de informática por meio de contratos irretratáveis sujeitos a encargos de 3,87% a 5,83% ao ano, contendo cláusula de opção de compra, cuja duração varia de 24 a 36 meses. Os equipamentos são de propriedade da Kroton. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de arrendamentos totalizava R$5.742 (31 de dezembro de 2009 - R$1.027 e 1º de janeiro de 2009 - R$57).

16. Intagível

	Controladora	Consolidado			
	Ágio pago em aquisição (b)	Softwares	Ágio pago em aquisições (b)	Desenvolvimento de projetos internos (c)	Carteira de clientes (d)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2009	7.191	4.732	94.559	59.024	–	158.315
Adições	–	6.269	500	17.611	–	24.380
Baixas	–	(157)	(1.428)	(1.008)	–	(2.593)
Ajuste de ágio	–	–	(2.020)	–	–	(2.020)
Amortização	–	(1.729)	(566)	(2.211)	–	(4.506)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	7.191	9.115	91.045	73.416	–	173.576
Custo total	10.523	12.643	103.772	77.787	–	194.202
Amortização acumulada	(3.332)	(3.528)	(12.727)	(4.371)	–	(20.626)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	7.191	9.115	91.045	73.416	–	173.576
Adições provenientes da IUNI	–	4.298	77.194	–	–	81.492
Adições	52.259	6.338	326.582	732	28.069	361.721
Baixas (a)	–	(44)	(2.876)	(262)	–	(3.182)
Ajuste de ágio	–	–	(3.127)	–	–	(3.127)
Amortização	–	(2.879)	–	(4.833)	(5.614)	(13.326)
Outros	–	–	–	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2010	59.450	16.828	488.818	69.053	22.455	597.154
Custo total	62.782	23.201	501.339	78.250	28.069	630.859
Amortização acumulada	(3.332)	(6.373)	(12.521)	(9.197)	(5.614)	(33.705)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	59.450	16.828	488.818	69.053	22.455	597.154
Taxas anuais de amortização - %		20		10	20	

(a) Baixa dos ativos da CBTA devido à sua venda em julho de 2010. A amortização do exercício de 2010 alocada ao custo dos produtos vendidos, ao custo dos serviços prestados e às despesas administrativas foi de R$8.981 (31 de dezembro de 2009 - R$4.506). **(b)** Ágio pago em aquisição - O ágio decorrente da diferença entre o valor pago na aquisição de investimentos em controladas e o valor justo dos ativos e passivos (para aquisições após 1º de janeiro de 2009) é classificado no ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas.

O ágio pago em aquisições é composto por:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
AESG (iv)	–	–	–	2.209	2.209	2.209
CBTA (iv)	–	–	–	–	2.877	2.877
Cidade Jardim (ii)	–	–	–	6.889	6.889	6.889
Editora (iii)	59.450	7.191	7.191	59.450	7.191	7.191
FACTEF (iv)	–	–	–	5.423	5.423	7.532
FADOM (iv)	–	–	–	9.358	9.358	9.358
FATEC (iv)	–	–	–	305	305	305
GK (iv)	–	–	–	500	500	–
JAPI (iv)	–	–	–	3.809	3.809	3.809
NABEC (iv)	–	–	–	130	130	130
São Francisco (iv)	–	–	–	928	928	928
SESG (iv)	–	–	–	1.819	1.819	1.819
SUESC (iv)	–	–	–	7.550	7.550	15.116
UCES (iv)	–	–	–	–	–	1.339
UMEP (iv)	–	–	–	11.550	11.550	11.550
UNILINHARES (iv)	–	–	–	10.477	10.477	10.477
UNIMINAS (iv)	–	–	–	20.030	20.030	20.030
IUNI (i)	–	–	–	271.197	–	–
FAMA MARABÁ (iv)	–	–	–	254	–	–
FAMA MACAPÁ (iv)	–	–	–	8.007	–	–
UNIC PRIMAVERA ANTIGA (iv)	–	–	–	3.457	–	–
UNIC PRIMAVERA NOVA (iv)	–	–	–	7.673	–	–
UNIC ROO AE (iv)	–	–	–	8.848	–	–
UNIC ROO FP (iv)	–	–	–	2.780	–	–
UNIC SINOP (iv)	–	–	–	2.666	–	–
UNIC TANGARÁ DO NORTE (iv)	–	–	–	8.084	–	–
UNIC TANGARÁ DO SUL (iv)	–	–	–	8.792	–	–
UNIC VÁRZEA GRANDE	–	–	–	(197)	–	–
UNIME ITABUNA (iv)	–	–	–	15.700	–	–
UNIME SALVADOR (iv)	–	–	–	11.130	–	–
	59.450	7.191	7.191	488.818	91.045	101.559

(i) Refere–se a ágio registrado, conforme definido no contrato de compra e venda com o ex-controlador da IUNI, datado de 12 de março de 2010. A reorganização societária foi concluída em setembro de 2010, e foi concedida ao ex-controlador a quantidade de 4.200.000 "units" da Companhia, representativas de 6,31% de participação no capital social, em troca da titularidade de 550.512 ações da IUNI. Em face do reconhecimento do controle de 100% da IUNI a partir de 1º de março de 2010, a Companhia registrou um aumento do ágio de R$32.805, correspondente ao valor justo das ações da IUNI em 28 de fevereiro de 2010. (ii) Refere-se a ágio registrado no aumento da participação da PSES, no Colégio Pitágoras Cidade Jardim S.A., o qual foi incorporado pela PSES em outubro de 2003. Esse ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura e teve sua amortização iniciada no ano 2004 à taxa de 10% ao ano. Em janeiro de 2007, esse ágio foi transferido para a SPES, em virtude da aquisição do Colégio Cidade Jardim. (iii) Refere-se a ágio registrado originalmente na Apollo Partners, em virtude da aquisição de cotas da EDE detidas pela Apollo Europe. Na reestruturação societária, ocorrida no segundo trimestre de 2007, houve incorporação reversa da Apollo Partners pela EDE para aproveitamento fiscal do ágio e, em linha com as diretrizes da Instrução CVM nº 349/01, foi constituída provisão na incorporada, no montante da diferença entre o valor do ágio e o benefício fiscal decorrente de sua amortização. Na conclusão do processo de reestruturação, o ágio foi recomposto na controladora em consonância com a Instrução CVM nº 349/01. (iv) Refere-se aos ágios registrados nas aquisições de faculdades, com fundamentação em expectativas de rentabilidade futura, exceto SUESC, registrado basicamente em virtude da mais-valia do ativo imobilizado.

Testes do ágio para verificação de "impairment"

O ágio é alocado às UGCs, identificadas de acordo com o segmento operacional.

Segue um resumo da alocação do ágio por nível de segmento operacional:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Ensino básico	59.450	7.191	7.191	63.339	14.080	14.080
Ensino superior	–	–	–	425.479	76.965	87.479
	59.450	7.191	7.191	488.818	91.045	101.559

Os ágios foram submetidos ao teste de redução ao valor recuperável ("impairment") e não foi identificada necessidade de ajustes aos valores dos ágios. A metodologia utilizada na avaliação foi a do fluxo de caixa descontado (rentabilidade futura), determinando as UGCs pela Companhia, para avaliar a recuperação dos ágios, que correspondem a cada uma das faculdades. O cálculo considera cinco anos de projeção, adicionando um valor de perpetuidade com crescimento real de 3,0% ao ano. A taxa de desconto utilizada foi de 19,6% ao ano. As premissas utilizadas na projeção consideram o número médio de alunos dos campi, com crescimento médio de 19,6% ao ano, suportado pela abertura de novos cursos. Uma das unidades da Companhia, a UCES, teve a sua avaliação baseada no contrato de venda assinado em 2010, cujo valor recuperável desse intangível é nulo. Dessa forma, foi efetuado o "impairment" de R$1.427, registrado como despesa operacional no resultado do exercício de 2009.

(c) Desenvolvimento de projetos internos

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Novas unidades e novos cursos (i)	50.077	51.965	40.781
Sistema Universitário Pitágoras (ii)	6.621	7.737	8.838
Novos contratos - rede (iii)	7.287	8.289	6.050
Ensino a distância (iv)	3.233	3.570	2.697
Avaliação ensino superior (v)	1.835	1.855	658
	69.053	73.416	59.024

(i) Refere-se aos gastos incorridos com: • Abertura das unidades Ipatinga, Betim, São Luís, Poços de Caldas, Uberlândia, Guarapari, Votorantim, Feira de Santana, Aracajú, Contagem, Governador Valadares e expansão dos campi Cidade Jardim, Guajajaras e centro e, em Belo Horizonte, Venda Nova, Contagem, entre outros. • Investimentos em lançamento de novos produtos. • Infraestruturas operacional e tecnológica adicionais, que são requeridas pelo Ministério da Educação - MEC, para garantir a operação do ensino superior. • Desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI com detalhamento de todos os cursos a serem protocolados no MEC e gastos incorridos no processo de credenciamento de novos campi e cursos. (ii) Refere-se a gastos incorridos com a concepção e o desenvolvimento de metodologias acadêmica (guia para os alunos e professores e sistemas de avaliação) e operacional (manual de operações), para garantir o crescimento do Sistema Universitário Pitágoras. (iii) Refere-se aos gastos incorridos com o desenvolvimento de produtos a serem vendidos pela Rede Católica e Rede Pitágoras. (iv) Refere-se aos gastos incorridos com a concepção e o desenvolvimento do novo negócio de educação a distância, com o objetivo de oferecer ensino superior semipresencial e via internet em diversas localidades do País. (v) Refere-se a gastos incorridos no desenvolvimento de um novo produto e metodologia para avaliação de ensino superior, oferecido pela controlada INADE. **(d)** Carteira de clientes - Parte do ágio pago na compra da IUNI foi alocada à carteira de clientes, após análise dos ativos adquiridos e cálculo de projeção de ganho futuro. O saldo é de R$28.069 e que será amortizado em até cinco anos, prazo máximo estimado de geração de caixa da carteira adquirida.

17. Fornecedores: No consolidado, o saldo de fornecedores é composto por serviços e produtos necessários à produção e comercialização de livros didáticos da coleção Pitágoras, que são distribuídos aos colégios da rede de educação básica por fornecedores de materiais e serviços para os nossos cursos de ensino superior e por consultorias voltados para área de educação.

18. Empréstimos e Financiamentos - Consolidado

a) Composição do saldo de empréstimos e financiamentos

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Moeda nacional			
BDMG (i)	10.912	13.842	16.606
BNDES	–	–	847
Capital de giro (ii)	74.618	–	–
Arrendamento mercantil (iii)	5.741	1.027	–
	91.271	14.869	17.453
Passivo circulante	34.046	5.165	5.453
Passivo não circulante	57.225	9.704	12.000

(i) Refere-se ao financiamento provido com recursos do Fundo de Incentivo ao Desenvolvimento FINDES, obtido do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. - BDMG, para expansão das operações de ensino superior. O recurso obtido foi investido em livros, móveis, máquinas, equipamentos de laboratórios e informática e obras civis e infraestruturas de logística e tecnologia de informação. O valor total do financiamento é de R$15.000, com juros de 6% ao ano e atualização pelo IPCA (2009 - 4,31%; 2008 - 5,90%; 2007 - 4,46%), carência de 24 meses a partir de dezembro de 2006 e amortização em 60 meses. Em caso de adimplência das 12 primeiras parcelas, a taxa de juros será reduzida a 4% ao ano. **(ii)** Refere-se a empréstimo para capital de giro, sendo R$19.528 de conta garantida. Os encargos financeiros contratados são atrelados à variação do CDI, adicionados a taxas pós e prefixadas que oscilam entre 2,05% e 2,70% ao ano. As garantias prestadas incluem alienação fiduciária de ações e aval das empresas do grupo. O último vencimento desses empréstimos se dará em fevereiro de 2018. **(iii)** Certos equipamentos foram arrendados por meio de contratos irretratáveis sujeitos a encargos de 6,68% ao ano, contendo cláusula de opção de compra, cuja duração varia de 24 a 36 meses. A data da última parcela do empréstimo ocorrerá em junho de 2013. A IUNI também tinha contratos de arrendamento, que foram mantidos depois da compra, com taxas contratadas entre 5,54% e 24,16%.

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano de vencimento:	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
2010	–	–	3.000
2011	–	3.409	3.000
2012	31.788	3.295	3.000
2013	20.586	3.000	3.000
2014	1.315	–	–
2015	1.343	–	–
2016	833	–	–
2017	833	–	–
2018	527	–	–
	57.225	9.704	12.000

a) Movimentação dos empréstimos e financiamentos - A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	2010	2009
Saldo em 1º de janeiro	14.869	17.453
Adição proveniente da IUNI	150.077	–
Demais adições	79.179	1.027
Juros provisionados e não pagos	(4.870)	2.563
Amortização de encargos	(1.280)	(1.288)
Amortização de principal	(146.704)	(4.886)
Saldo em 31 de dezembro	91.271	14.869

b) Arrendamentos financeiros - As obrigações de arrendamento financeiro são garantidas de forma eficaz, uma vez que o ativo arrendado é revertido ao arrendador no caso de inadimplência.

19. Salários e Encargos Sociais - Consolidado

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Salários a pagar	6.437	56	–
INSS a recolher	6.516	3.485	2.776
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS a recolher	2.679	630	448
IRRF a recolher	3.388	1.527	1.684
Provisão de férias	12.874	8.012	8.174
Encargos sobre provisões	3.802	2.685	2.745
Outros	4.195	(32)	478
	39.891	16.363	16.305

As provisões de salários e encargos foram registradas no resultado do exercício nas rubricas "Custos dos serviços prestados", "Despesas com vendas" e "Despesas gerais e administrativas", de acordo com a alocação do empregado.

A movimentação do saldo de salários e encargos sociais está demonstrada a seguir:

2009				
	Provisão de férias	Provisão de 13º salário	Provisão de encargos	Total
Saldo inicial em 1º de janeiro 2009	8.174	–	2.745	10.919
Adições	13.825	9.172	7.638	30.635
Amortizações/baixas	(13.987)	(9.172)	(7.698)	(30.857)
Saldo em 31 de dezembro 2009	8.012	–	2.685	10.697

2010				
	Provisão de férias	Provisão de 13º salário	Provisão de encargos	Total
Saldo inicial em 31 de dezembro 2009	8.012	–	2.685	10.697
Adições	54.936	43.913	31.062	129.911
Amortizações/baixas	(50.074)	(43.913)	(29.945)	(123.932)
Saldo em 31 de dezembro 2010	12.874	–	3.802	16.676

20. Adiantamento de Clientes

	Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Recebimentos antecipados por vendas de coleções didáticas (a)	–	9.661	5.665
Recebimentos antecipados por matrículas emensalidades (b)	6.089	2.290	1.709
Circulante	6.089	11.951	7.374

(a) Os recebimentos antecipados por conta de coleções didáticas a serem entregues ao longo do próximo ano letivo são apropriados à receita, quando da entrega das coleções a que se referem. (b) Os recebimentos antecipados por conta de matrículas e/ou mensalidades do ano letivo que se inicia são apropriados à receita ao longo do exercício à medida que os serviços forem prestados.

21. Impostos e Contribuições Parcelados

	Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Refis IV (a)	40.893	–	–
Parcelamentos municipais (b)	4.870	334	499
Parcelamentos do INSS (c)	6.635	81	591
Parcelamentos federais (d)	–	–	1.812
Total	52.398	415	2.902
Não circulante	45.308	–	2.129
Circulante	7.090	415	773

(a) REFIS IV - Em 27 de maio de 2009, por meio da Lei nº 11.941, e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 06/09, a Receita Federal do Brasil instituiu o Programa de Parcelamento Especial, chamado "REFIS IV". A opção pelos parcelamentos de que trata essa Lei importa confissão irrevogável e irretratável dos débitos em nome do sujeito passivo na condição de contribuinte para compor os referidos parcelamentos e configura confissão extrajudicial. Esse programa permite o parcelamento, em até 180 meses, de dívidas tributárias existentes vencidas até 30 de novembro de 2008, bem como débitos originados de autuações lavradas pela Secretaria da Receita Federal, sendo obrigatória a desistência de eventual discussão judicial sobre tais débitos. Esse parcelamento prevê, entre outros: **(i)** o abatimento de determinado percentual dos valores devidos de multa e juros, dependendo do prazo de pagamento a ser determinado pelas controladas da Companhia; e **(ii)** a utilização do saldo de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa da contribuição social dos valores remanescentes de multa e juros, cuja consolidação dos débitos ocorrerá conforme os prazos estabelecidos pela Receita Federal do Brasil. As controladas formalizaram a opção pelo parcelamento entre os meses de setembro e novembro de 2009, em até 180 meses, e até esta data veem cumprindo os requisitos legais para a manutenção do referido programa. O programa de parcelamento fiscal abrange os débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, inclusive saldo remanescente dos débitos consolidados no REFIS e Parcelamento Excepcional - PAEX, e os parcelamentos previstos no artigo 38 da Lei nº 8.212/91 e no artigo 10 da Lei nº 10.522/02. Os débitos das controladas inseridas nesse novo programa de parcelamento são, principalmente, provenientes de INSS e saldos remanescentes de parcelamentos anteriores, que incluem IRPJ, CSLL, IRRF, PIS e COFINS. Na data de 31 de dezembro de 2010, o montante atualizado da dívida que compõe o parcelamento está demonstrado no quadro a seguir:

continua

	Consolidado
	31 de dezembro de 2010
Dívida integral constituída	61.879
Redução de multa, juros e encargos legais, conforme adesão ao parcelamento	(12.986)
Utilização de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL no abatimento de multa e juros	(8.000)
	40.893
Circulante	2.998
Não circulante	37.895

O parcelamento está constituído em 180 parcelas mensais, restando em 31 de dezembro de 2010 até 166 parcelas a serem pagas. O saldo a pagar do parcelamento é corrigido mensalmente pela variação da taxa SELIC, tendo sido pago até dezembro de 2010 o montante de R$1.942 de parcelas de adesão antes da consolidação. Os efeitos líquidos reconhecidos nessas demonstrações financeiras consolidadas estão apresentados resumidamente por controlada e tributos correspondentes a seguir:

		Consolidado
Controlada	Tributo parcelado	31 de dezembro de 2010
Fama Macapá	INSS, IRPJ, CSLL, IRRF, PIS e COFINS	2.175
Iuni	INSS, IRPJ, CSLL, IRRF, PIS e COFINS	10.823
Unic Primavera Nova	INSS, IRRF	748
Unic Primavera Antiga	INSS, IRRF	621
Unic Sinop	INSS, IRPJ, CSLL e IRRF	311
Unic Tangará Norte	INSS, IRRF	867
Unic Tangará Sul	INSS, IRPJ, CSLL, IRRF, PIS e COFINS	1.126
Unic ROO AE	IRPJ, CSLL e IRRF	140
Unic ROO FP	INSS, IRRF, PIS e COFINS	84
Unime Itabuna	IRPJ, CSLL, IRRF e COFINS	436
Unime Lauro de Freitas	INSS, IRPJ, CSLL, IRRF, PIS e COFINS	23.292
Unime Salvador	IRPJ, CSLL, IRRF, PIS e COFINS	270
Total circulante e não circulante		40.893

Os montantes registrados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Consolidado
	31 de dezembro de 2010
2012	2.976
2013	2.976
2014	2.976
2015	2.976
2016	2.976
2017	2.976
2018	2.976
2019	2.976
2020	2.976
2021	2.976
2022	2.976
2023	2.976
2024	2.183
Total do não circulante	37.895

O valor de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, utilizado para liquidação dos débitos, monta a R$8.000 em 31 de dezembro de 2010. **(b)** Parcelamentos municipais. **(i) Iuni -** Referem-se a autos de infração de ISSQN de abril de 2008 a junho de 2009. O débito total foi parcelado em 36 parcelas, restando, em 31 de dezembro de 2010, 23 parcelas a pagar no valor de R$65, que são reajustadas anualmente pelo IPCA. **(ii) Unime Lauro de Freitas -** Referem-se a saldos de parcelamento de autos de infração ocorridos entre janeiro de 2002 e julho de 2007, referentes a ISSNQ. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo em aberto a pagar é de R$2.322. A empresa possui convênio com o município de Lauro de Freitas - BA, para quitar em até 90% o saldo devedor com bolsas de estudos. **(iii) Demais controladas -** As demais controladas Unic Primavera Nova, Unic Primavera Antiga, Unic VG, Unic Tangará Norte, Fama Macapá e Unic Sinop possuem parcelamentos que somados totalizam R$1.053 com prazos e parcelas diferenciados entre si. **(c)** Parcelamentos do INSS. **(i) Iuni -** Existem dois parcelamentos em andamento para o INSS: PAEX artigo 1º: Refere-se a saldo remanescente do REFIS do ano 2000. Foi consolidado em 130 parcelas e começou a ser pago em setembro de 2006. Restam 64 parcelas de R$39, reajustadas mensalmente pela Taxa de Juros a Longo Prazo - TJLP mensal. Parcelamento ordinário: Refere-se a INSS não recolhido dos exercícios de 2008 e de 2009. O parcelamento foi feito em 60 parcelas que começaram a ser quitadas em novembro de 2009. Cada parcela tem o valor de R$41, restando 46 parcelas, reajustadas pela SELIC mensal. **(ii) Unime Lauro de Freitas -** Parcelamento ordinário: Refere-se a INSS não recolhido dos exercícios de 2008 e de 2009. Eram 60 parcelas em setembro de 2009, restando 44 parcelas de R$33, reajustadas pela SELIC mensal. **(iii) Demais controladas -** As demais controladas Unime Itabuna, Unic Roo FP, Fama Macapá, Unime Salvador, Unic Tangará Norte e Unic Roo AE possuem parcelamentos de competência de débitos dos anos 2008 e 2009, que somados possuem o valor de R$801 com prazos e parcelas diferenciados entre si.

A seguir a movimentação dos parcelamentos fiscais:

	31/12/2010	31/12/2009
Saldo inicial	415	2.902
Adição proveniente da IUNI	53.610	–
Ganho anistia fiscal	(453)	(889)
Utilização de prejuízo fiscal	–	(135)
Utilização de base negativa	–	(50)
Atualização líquida	2.098	–
Amortizações/baixas	(3.272)	(1.413)
Saldo final	52.398	415

22. Contas a Pagar - Aquisições

	Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Circulante:			
Aquisição da FADOM	–	–	6.000
Aquisição da AESG e da SESG	26	1.822	1.689
Aquisição da FATEC	37	35	32
Aquisição da FACTEF	–	–	2.108
Aquisição da CBTA	16	85	72
Aquisição da SÃO FRANCISCO	34	47	593
Aquisição da GK	–	250	–
Aquisição do imóvel em Ipatinga	2.089	1.560	1.567
Aquisição da UNIC TANGARÁ SUL	1.747	–	–
Aquisição do terreno de Rondonópolis	205	–	–
	4.154	3.799	12.061
Não circulante:			
Aquisição da UCES	684	609	443
Aquisição da AESG e da SESG	–	2.105	2.535
Aquisição da CBTA	252	235	287
Aquisição da SÃO FRANCISCO	–	593	592
Aquisição do imóvel em Ipatinga	2.611	3.482	5.031
Aquisição da UNIC TANGARÁ SUL	2.949	–	–
	6.496	7.024	8.888
Total	10.650	10.823	20.949

A movimentação das contas a pagar - aquisições pode ser demonstrada como segue:

	Consolidado	
	2010	2009
Saldo inicial	10.823	20.949
Adições	200.577	500
Juros/atualizações	2.506	895
Amortizações/baixas	(203.256)	(11.521)
Saldo final	10.650	10.823

As parcelas registradas no passivo não circulante vencerão como segue:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Ano de vencimento:			
2010	–	–	3.065
2011	–	3.286	2.473
2012	4.499	3.374	2.916
2013	1.997	364	434
	6.496	7.024	8.888

23. Provisão para Perdas Tributárias, Trabalhistas e Cíveis e Depósitos Judiciais: A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos judiciais e administrativos decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores jurídicos. Em decorrência desses processos judiciais, foram realizados depósitos judiciais que podem ser recuperados com o julgamento das causas em favor da Companhia e de suas controladas ou utilizados para pagamento no caso de julgamento desfavorável.

	Controladora								
	31/12/2010			31/12/2009			01/01/2009		
	Perda estimada	Depósitos judiciais	Saldo líquido	Perda estimada	Depósitos judiciais	Saldo líquido	Perda estimada	Depósitos judiciais	Saldo líquido
Tributárias	–	–	–	–	–	–	–	(62)	(62)
Trabalhistas	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Cíveis	–	–	–	–	–	–	–	–	–
	–	–	–	–	–	–	–	(62)	(62)

	Consolidado								
	31/12/2010			31/12/2009			01/01/2009		
	Perda estimada	Depósitos judiciais	Saldo líquido	Perda estimada	Depósitos judiciais	Saldo líquido	Perda estimada	Depósitos judiciais	Saldo líquido
Tributárias (a)	12.496	(7.155)	5.341	4.110	–	4.110	970	–	970
Trabalhistas (b)	16.162	(1.698)	14.464	1.033	(482)	551	20	(391)	(371)
Cíveis (c)	1.783	(27)	1.756	127	–	127	–	–	–
	30.441	(8.880)	21.561	5.270	(482)	4.788	990	(391)	599

(a) Em 28 de dezembro de 2009, a SUESC foi notificada pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro quanto à cobrança de Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU dos exercícios de 2004 a 2009, parcelado em 84 meses. O município alega que o IPTU foi cobrado a menor, como se a faculdade fosse sem fins lucrativos, o que deixou de ser em junho de 1998, quando se tornou uma sociedade por ações. Embora a Companhia esteja discutindo o assunto em esfera administrativa, decidiu registrar provisão de R$4.110 como contrapartida ao resultado do exercício de 2009, no valor de R$1.196, e o valor de R$2.914, como ajuste ao ágio proveniente da aquisição da faculdade, fundamentado em mais-valia de ativo e classificado como edificações. A IUNI discute judicialmente cobrança de tributos decorrentes do período de imunidade referente à contribuição social vinculada ao FGTS, conforme a Lei Complementar nº 110/01, no valor de R$2.783, e ao PIS sobre folha, no valor de R$2.684. Há também discussão administrativa quanto a três autos de infração de FGTS cujo saldo é de R$1.372. As demais provisões no valor de R$1.547 são de outros tributos, discutidos nas esferas administrativa e judicial, referentes às demais empresas da Companhia. **(b)** Referem-se a reclamações trabalhistas provenientes de funcionários e professores desligados da Companhia. **(c)** Referem-se a ações indenizatórias ajuizadas por alunos e ex-alunos reclamando, em sua maioria, danos morais por atraso de expedição de diploma e cobrança indevida de mensalidades e danos materiais por danificação de veículos no estacionamento. As provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis têm como base para registro contábil a totalidade dos valores dos processos classificados como prováveis de acordo com opiniões de consultores jurídicos, e as contingências tributárias são atualizadas utilizando a taxa SELIC, tendo como contrapartida o resultado do exercício, na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

A movimentação das referidas provisões está demonstrada a seguir:

	2010	2009
Saldo inicial	5.270	990
Adições (*)	6.537	5.270
Adição proveniente da IUNI	24.325	–
Amortizações	(2.243)	–
Baixas	(3.448)	(990)
	30.441	5.270
Compensação de depósitos judiciais	(8.880)	(482)
Saldo final	21.561	4.788

(*) Em dezembro de 2010, foi reclassificado do passivo circulante, da rubrica "Salários e encargos sociais", o saldo de R$2.684 referente ao PIS sobre folha que a IUNI discute judicialmente, referente ao período em que a empresa estava constituída como sem fins lucrativos. **a) Perdas possíveis (contingências) -** A Companhia possui ações de naturezas tributárias, trabalhistas e cíveis envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição a seguir:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Tributárias (*)	69.743	–	20
Trabalhistas	5.798	299	44
Cíveis	2.470	106	12
	78.011	405	76

(*) A IUNI contesta em juízo e administrativamente diversos autos de infração relacionados a tributos federais e previdenciários, dos quais R$63.743 são classificados como "possíveis" de acordo com os consultores jurídicos, sendo esse montante de responsabilidade dos antigos proprietários, conforme contrato de compra e venda da Companhia com a IUNI, celebrado em 12 de março de 2010. A SUESC possui R$6.000 classificado como possível referente a auto de infração de ISSQN, que está sob impugnação no município do Rio de Janeiro.

24. Demais Contas a Pagar: No consolidado, é composta principalmente pela obrigação relacionada ao repasse de financiamentos estudantis e repasse de carteira de alunos. O repasse de financiamentos estudantis refere-se a obrigações relacionadas à compra da Uniminas, com saldo no não circulante de R$3.755 (31 de dezembro de 2009 - R$3.756 e 1º de janeiro de 2009 - R$4.207). Esses créditos ficarão retidos à medida que ocorre seu recebimento, por um prazo de cinco anos, a título de caução. O repasse de carteira de alunos refere-se à carteira acima de 180 dias a ser repassada ao ex-controlador da IUNI, de acordo com o seu recebimento. O saldo em 31 de dezembro é de R$4.701, no circulante.

25. Patrimônio Líquido: a) Capital social - O capital social da Companhia totaliza R$873.831 (31 de dezembro de 2009 - R$821.020) e é composto por 234.113.715 ações ordinárias e 232.125.907 ações preferenciais, conforme a seguir:

	Quantidade de ações	
	Ordinárias	Preferenciais
Em 1º de janeiro de 2009		
Total de ações ex-tesouraria	113.591.226	99.938.716
Total de ações em tesouraria	946.100	5.676.600
	114.537.326	105.615.316
Aumento de capital em 2 de setembro de 2009	115.376.389	101.310.591
Aumento de ações em tesouraria	34.100	204.600
Em 31 de dezembro de 2009		
Total de ações ex-tesouraria	228.933.515	201.044.707
Total de ações em tesouraria	980.200	5.881.200
	229.913.715	206.925.907
Aumento de capital em 24 de setembro de 2010	4.200.000	25.200.000
Aumento de ações em tesouraria	251.036	1.506.216
Em 31 de dezembro de 2010		
Total de ações ex-tesouraria	232.882.479	224.738.491
Total de ações em tesouraria	1.231.236	7.387.416
Total de ações	234.113.715	232.125.907

Em 2 de setembro de 2009, a PAP (Pitágoras Participações e Administrações S.A.) e os acionistas não controladores homologaram o aumento de capital na Companhia composto por 115.376.389 ações ordinárias e 101.310.591 ações preferenciais, totalizando um aporte de R$387.870, dividido em R$366.623, como aumento de capital social, e R$21.247, como reserva de capital. Em 24 de setembro de 2010, a Companhia realizou a emissão de ações, possibilitando o ingresso do ex-controlador da IUNI como acionista. Foram emitidas 4.200.000 "units", compostas por 4.200.000 ações ordinárias e 25.200.000 ações preferenciais, representando 6,31% do capital social da Companhia, conforme previsto como pagamento no contrato de compra e venda da IUNI. A transação gerou aumento do capital social de R$52.811. O capital social autorizado pela Companhia é de 500.000 ações. **b) Ações em tesouraria -** A recompra das ações está em conformidade com o artigo 157, § 4º, da Lei nº 6.404/76, as Instruções Normativas da CVM nº 10/80 e nº 390/03 e as demais legislações pertinentes. Em 2009, a EDE adquiriu 34.100 "units", representadas por 34.100 ações ordinárias e 204.600 ações preferenciais, ao custo de R$368. Em 2010, a EDE adquiriu 293.800 "units", representadas por 293.800 ações ordinárias e 1.762.800 ações preferenciais, ao custo de R$4.163. No exercício de 2010, foram alienadas 42.764 "units", compostas por 42.764 ações ordinárias e 256.584 ações preferenciais, no exercício do plano de opções, ao custo de R$859. Na alienação foi reconhecida perda de R$45, registrada na reserva de capital. O preço das "units" adquiridas em 2009 variou entre R$8,00 e R$12,00. Em 2010, o preço foi de R$14,00. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia contava com 1.231.236 "units" em tesouraria, as quais, ao valor de mercado, representam R$26.903 (31 de dezembro de 2009 - 980 mil "units" ao valor de mercado de R$17.640). **c) Reserva de capital -** Em 24 de junho de 2009, o Conselho de Administração definiu que o valor de R$0,09805 de cada nova ação emitida seria destinado à formação de reserva de capital. Em 2 de setembro de 2009, foi homologado o valor da reserva em R$21.247. Tal reserva está apresentada no valor de R$14.585, líquida dos custos provenientes de transação na emissão dessas novas ações, no valor de R$6.662. O valor justo das opções de ações concedidas, conforme plano aprovado em 23 de outubro de 2009, foi reconhecido como despesa nos exercícios de 2010 e de 2009 (períodos em que o direito foi adquirido). A contrapartida é registrada a crédito na rubrica "Reserva de capital - prêmio de opções de ações", no patrimônio líquido. O montante reconhecido em 2010 foi de R$3.031 (31 de dezembro de 2009 - R$377). Em 2010, foram exercidas 42.764 mil "units" do plano de opções ao valor justo de R$89, em contrapartida à alienação das ações em tesouraria e ao pagamento recebido no exercício da opção, de R$726. **d) Reserva legal -** Constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. **e) Dividendos e juros sobre o capital próprio -** Em 2009, foram pagos R$12.280 de dividendos referentes ao exercício de 2008 propostos pela Administração e destacados no patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2009. Em 24 de junho de 2009, a Assembleia Geral da Companhia deliberou a distribuição de dividendos intercalares, no valor de R$12.051, relativos aos lucros acumulados da Companhia até 31 de março de 2009. Os dividendos foram pagos na data de 15 de setembro de 2009, observando-se a base acionária da Companhia no encerramento do pregão de 25 de junho de 2009. O valor pago por cada "unit" ação foi de R$0,395 centavos.

26. Plano de Remuneração de Opções em Ações: Conforme o plano de opções de ações da Companhia, aprovado em 23 de outubro de 2009, com o objetivo de reter os executivos da Companhia e obter um alinhamento dos interesses desses executivos aos interesses dos acionistas e da Companhia, são elegíveis para participar do plano os conselheiros independentes, diretores estatutários e executivos seniores da Companhia. A outorga de opções deve respeitar o limite máximo de 5 milhões de ações ordinárias e 30 milhões de ações preferenciais, correspondentes a 5 milhões de "units", equivalentes a 8,01% do capital social da Companhia na data da aprovação. O Conselho de Administração ou o Comitê de Recursos Humanos fixou os termos e as condições de cada opção em contrato de outorga de compra de ações, celebrado entre a Companhia e cada beneficiário. A Companhia não tem nenhuma obrigação legal ou não formalizada ("constructive obligation") de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro. O preço de exercício será pago pelos beneficiários à Companhia à vista, no ato da aquisição ou da subscrição ou na forma determinada pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê de Recursos Humanos para cada contrato. Os preços definidos nos contratos de outorga, até 31 de dezembro de 2010, variam de R$16,00 a R$19,05. As variações na quantidade de opções de compra de ações em aberto e seus correspondentes preços médios ponderados do exercício estão apresentados a seguir:

	2010		2009	
	Preço médio de exercício por ação em R$	Opções	Preço médio de exercício por ação em R$	Opções
Em 1º de janeiro	17,22	1.000.000	–	–
Concedidas	18,59	2.380.000	17,22	1.000.000
Canceladas	18,69	(740.000)	–	–
Exercidas	16,97	(42.764)	–	–
Vencidas				
Em 31 de dezembro	18,13	2.597.236	17,22	1.000.000

Em 2010, foram exercidas 42.764 "units", correspondentes a 42.764 ações ordinárias e 256.584 ações preferenciais, pelo preço de R$16,97 por "unit". As variações nas quantidades de opções de compra de ações estão apresentadas a seguir:

	Quantidade de opções
Opções a serem outorgadas no início do período - 23 de outubro de 2009	5.000.000
Outorgadas durante o exercício de 2009	(1.000.000)
Saldo de opções passíveis de outorga no fim do exercício de 2009	4.000.000
Outorgadas durante o exercício de 2010	(2.380.000)
Canceladas durante o exercício de 2010	740.000
Saldo de opções passíveis de outorga no fim do exercício de 2010	2.360.000

As opções de compra de ações outorgadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 têm as seguintes datas de vencimento e preços de exercício:

Contratos concedidos no exercício de 2010	Opções			
Data de vencimento - no exercício de	Preço médio de exercício por ação em R$	Opções	Valor justo médio da opção em R$	Opções
2010	17,33	100.000	1,92	192.175
2011	18,38	484.000	1,46	704.367
2012	18,40	454.000	2,49	1.132.281
2013	18,40	454.000	3,59	1.630.252
2014	18,28	224.000	4,17	934.536
2015	19,05	124.000	3,12	386.499
	18,37	1.840.000	2,71	4.980.110

O valor justo médio ponderado das opções concedidas durante o período, determinado com base no modelo de avaliação "Black-Scholes", foi de R$2,71 por opção. Os dados significativos incluídos no modelo foram o preço médio ponderado da ação de R$18,37 na data da concessão, o preço de exercício apresentado anteriormente, a volatilidade média, a vida média esperada da opção correspondente a 1.562 dias e a taxa de juros média anual sem risco de 9,06%. A volatilidade mensurada pelo desvio-padrão de retornos de ações continuamente compostos baseia-se na análise estatística dos preços diários das ações. O valor justo das opções de ações concedidas, conforme plano aprovado em 23 de outubro de 2009, foi reconhecido como despesa nos exercícios de 2010 e de 2009 (períodos em que o direito foi adquirido). A contrapartida é registrada a crédito na rubrica "Reserva de capital - outorga de opções de ações", no patrimônio líquido. O montante reconhecido em 2010 foi de R$3.031 (2009 - R$377).

27. Informações por Segmento de Negócios: A Administração da Kroton utiliza dois segmentos operacionais e gastos corporativos, que não são alocados aos segmentos, para analisar e tomar suas decisões estratégicas, e estes são revisados pelo Conselho de Administração da Companhia. O Conselho de Administração analisa e aprova os dados, segmentando-os pelos produtos oferecidos na área de educação, que são a educação básica e educação superior. **27.1. Informações sobre o lucro líquido (prejuízo), ativos e passivos por segmento reportável.** As informações por segmento de negócios, revisadas pelo Conselho de Administração, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro, são as seguintes:

	2010					
	Educação superior	Educação básica	Parcela não alocada	Subtotal	Eliminações e ajustes	Total
Receita	477.504	120.500	–	598.004	–	598.004
Custo das vendas	(352.681)	(59.146)		(411.827)	–	(411.827)
Lucro bruto	124.823	61.354	–	186.177	–	186.177
Despesas operacionais:						
Despesas com vendas	(66.358)	(5.389)	–	(71.747)	–	(71.747)
Despesas gerais e administrativas	(32.441)	(3.605)	–	(36.046)	–	(36.046)
Despesas corporativas alocadas	(57.484)	(14.506)	–	(71.990)	–	(71.990)
Outras despesas, líquidas	–	–	(3.710)	(3.710)	–	(3.710)
Lucro operacional	(31.460)	37.854	(3.710)	2.684	–	2.684
Ativos	911.143	119.736	63.907	1.094.786	–	1.094.786
Passivos circulante e não circulante	202.260	18.210	58.140	278.610	–	278.610

	2009					
	Educação superior	Educação básica	Parcela não alocada	Subtotal	Eliminações e ajustes	Total
Receita	238.082	109.629	–	347.711	(6.532)	341.179
Custo das vendas	(186.888)	(50.494)	–	(237.382)	6.532	(230.850)
Lucro bruto	51.194	59.135	–	110.329	–	110.329
Despesas operacionais:						
Despesas com vendas	(61.833)	(13.681)	–	(75.514)	–	(75.514)
Despesas gerais e administrativas	(6.330)	(20.838)	–	(27.168)	–	(27.168)
Despesas corporativas alocadas	(16.919)	(7.790)	–	(24.709)	–	(24.709)
Outras despesas, líquidas	–	–	(839)	(839)	–	(839)
Lucro operacional	(33.888)	16.826	(839)	(17.901)	–	(17.901)
Ativos	739.992	104.997	24.016	869.005	–	869.005
Passivos circulante e não circulante	31.273	29.447	14.867	75.587	–	75.587

As informações por segmento de negócios, revisadas pelo Conselho de Administração, referentes ao exercício findo em 1º de janeiro de 2009, são as seguintes:

	Educação superior	Educação básica	Subtotal	Eliminações e ajustes	Total
Ativos	231.302	988.042	1.219.344	(685.329)	534.015
Passivos circulante e não circulante	69.870	72.727	142.597	(53.667)	88.930

As vendas entre os segmentos foram realizadas como vendas entre partes independentes. A receita de partes externas informadas foi mensurada de maneira condizente com aquela apresentada nas demonstrações do resultado. **27.2. Conciliações dos ativos e passivos e receita dos segmentos reportáveis: a) Conciliação dos ativos -** Os valores fornecidos ao Conselho de Administração com relação ao total do ativo são consistentes com os saldos registrados nas demonstrações financeiras. Esses ativos são alocados com base nas operações do segmento e no local físico do ativo. Os ativos correspondentes aos segmentos reportados apresentam-se conciliados com o total do ativo, conforme segue:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Ativos dos segmentos reportados	1.094.786	869.005	1.219.344
Eliminação de ativos entre segmentos	–	–	(685.329)
Ativo total	1.094.786	869.005	534.015

As eliminações dos ativos entre segmentos referem-se a saldos comuns entre as empresas da Kroton. **b) Conciliação dos passivos -** Os valores fornecidos ao Conselho de Administração com relação ao total do passivo são consistentes com os saldos registrados nas demonstrações financeiras. Esses passivos são alocados com base nas operações do segmento. Os passivos correspondentes aos segmentos reportados apresentam-se conciliados com o total do passivo, conforme segue:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Passivos dos segmentos reportados	278.610	75.587	142.597
Eliminação de passivos entre segmentos	–	–	(53.667)
Passivo total	278.610	75.587	88.930

As eliminações dos ativos entre segmentos referem-se a saldos comuns entre as controladas da Companhia. **c) Conciliação da receita -** A análise de receita por categoria está demonstrada a seguir:

Análise de receita por categoria	2010	2009
Receita bruta de vendas	91.546	73.891
Receita bruta de serviços	619.595	321.142
Deduções da receita bruta, principalmente bolsas Prouni e impostos sobre vendas	(111.740)	(42.090)
Receita líquida de vendas	86.227	69.699
Receita líquida de serviços	513.174	283.244

28. Composição das Receitas Líquidas

	2010	2009
Receita bruta:		
Educação básica	128.559	110.071
Educação superior	582.582	284.962
	711.141	395.033
	2010	2009
Deduções da receita bruta:		
Educação básica	(8.008)	(6.974)
Educação superior	(103.452)	(46.880)
	(111.460)	(53.854)
Receita líquida:		
Educação básica	120.551	103.097
Educação superior	479.130	238.082
	599.681	341.179

29. Despesas por Natureza

	2010	2009
Variações nos estoques de livros e coleções Pitágoras e livros comerciais	(22.769)	(15.642)
Custos e despesas com aluguel e condomínio	(54.836)	(24.898)
Encargos de depreciação, amortização	(33.853)	(16.409)
Custos e despesas com viagens	(13.652)	(6.861)
Custos com publicidade	(24.969)	(21.576)
Custos e despesas com pessoal	(327.915)	(163.243)
Serviços de terceiros	(53.052)	(34.904)
Serviços (água, luz e telefone)	(27.712)	(8.715)
Taxas e contribuições	(3.577)	(1.906)
Perdas	(28.137)	(18.566)
Outros custos e despesas	(38.175)	(46.360)
	(628.647)	(359.080)
Custo das vendas e serviços	(434.404)	(230.850)
Despesas com vendas	(71.747)	(77.642)
Despesas gerais e administrativas	(121.222)	(49.749)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(1.274)	(839)
	(628.647)	(359.080)

continua

30. Resultado Financeiro

As receitas (despesas) financeiras podem ser assim sumariadas:

	2010	2009
Receita financeira:		
Juros sobre mensalidades e AVP	10.375	2.498
Juros sobre aplicações	9.111	21.826
Descontos obtidos	1.236	1.905
Redução de encargos parcelamento fiscal	455	–
	21.177	26.229
Despesas financeiras:		
Juros sobre empréstimos	(6.150)	(1.268)
Juros e mora fiscal	(2.793)	–
Atualização de aquisições	(2.506)	(149)
Tarifas bancárias e de cobrança	(1.379)	(3.708)
Juros e mora comercial	(749)	(1.825)
IOF	(203)	–
Outras despesas	(3.227)	–
	(17.007)	(6.950)
Resultado financeiro	4.170	19.279

31. Lucro por Ação: a) Básico - O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de "units" emitidas durante o exercício.

	2010	2009
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(29.623)	(8.013)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	78.967	49.882
Prejuízo básico por ação	(0,38)	(0,16)

b) Diluído: A Companhia não possui dívida conversível em ações, e as opções de compra de ações que foram concedidas não foram presumidas como sendo exercidas, pois eram antidiluíveis; o preço de exercício delas era superior ao preço médio de mercado. Dessa forma, não apresenta "units" potenciais, para fins de diluição.

32. Combinação de Negócios: Em 12 de março de 2010, a Companhia, por meio de sua controlada EDE, adquiriu 100% do capital social da IUNI por R$188.859, sendo o valor de R$133.626 pago à vista e o valor de R$55.233 pago a prazo, e 4.200 "units" da Controladora. As 4.200 "units" emitidas como parte do pagamento ao ex-controlador da IUNI geraram o saldo de R$551 de incremento ao ágio e basearam-se nas seguintes etapas: **a)** Incorporação pela EDE das ações da IUNI ainda detidas pelo ex-controlador. **b)** Emissão de novas ações da EDE. **c)** Incorporação das ações emitidas pela Controladora, transformando a EDE em subsidiária integral da Controladora. **d)** Emissão de novas ações por parte da Controladora.

e) Entrega das novas ações ao ex-controlador da IUNI. As incorporações de ações e a consequente emissão de novas ações foram realizadas a fim de garantir ao ex-controlador da IUNI a participação de 6,31% no capital da Companhia, conforme previsto no contrato de compra e venda. O ágio de R$305.069 em 31 de dezembro de 2010, proveniente da aquisição, tem a seguinte atribuição: **a)** R$271.196 de rentabilidade futura. **b)** R$28.069 de carteira de clientes. **c)** R$5.804 de mais-valia do ativo imobilizado. O fluxo de caixa da aquisição foi conforme segue:

	Saldos em 28/02/2010
Total do ativo	179.881
Total do passivo	(295.540)
Passivo a descoberto adquirido	(115.659)
Ágio gerado na operação (sem a emissão de "units")	304.518
Custo total da aquisição	(188.859)
Caixa e equivalentes de caixa da controlada adquirida	500
Fluxo de caixa da aquisição menos caixa da controlada adquirida	(188.359)

O balanço patrimonial em 28 de fevereiro de 2010 foi considerado como o balanço de abertura, como segue:

	Valor de livros	Ajustes de aquisição	Valor justo na aquisição
Ativos (passivos) líquidos adquiridos	(61.762)	(53.897)	(115.659)
Caixa e equivalentes de caixa	1.393	(539)	854
Contas a receber de clientes	71.243	(31.361)	39.882
Estoques	192	–	192
Investimento em não controlada	1.600	–	1.600
Imobilizado	42.431	(4.145)	38.286
Software	4.298	–	4.298
Ágio	77.194	–	77.194
Outros ativos	15.234	2.341	17.575
Fornecedores	(5.437)	1.000	(4.437)
Empréstimos e financiamentos	(147.755)	(2.322)	(150.077)
Salários e encargos	(18.402)	(1.089)	(19.491)
Obrigações tributárias	(63.809)	(761)	(64.570)
Contingências	(7.679)	(16.646)	(24.325)
Outros passivos	(32.265)	(375)	(32.640)

Considerando que as informações anteriormente mencionadas se referem a uma estimativa preliminar do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, podem ocorrer alterações em relação ao cálculo final. O ex-controlador da IUNI concordou contratualmente em indenizar a Companhia por quaisquer contingências com data anterior à data de aquisição, que se caracterizem como fora do curso normal dos negócios, e por aquelas que se refiram ao período de imunidade (anteriores a fevereiro de 2008) de acordo com os limites estabelecidos no contrato de compra e venda. No passivo indenizado não houve mudança no valor reconhecido para o ativo de indenização em 31 de dezembro de 2010, uma vez que não houve mudança nos resultados nem nas premissas utilizados para desenvolver a estimativa do passivo. A receita incluída na demonstração consolidada do resultado por segmento desde março de 2010 inclui o valor de receitas líquidas gerado pela IUNI de R$245.205. A IUNI também contribuiu com um lucro de R$41.905 no mesmo período. Se a IUNI tivesse sido consolidado a partir de 1º de janeiro de 2010, a demonstração consolidada do resultado apresentaria uma receita de R$393.645 e lucro de R$74.771.

33. Transações com Partes Relacionadas: Os principais saldos e transações da Companhia e de suas controladas com partes relacionadas são os seguintes:

a) Crédito e débito com partes relacionadas (controlada):

	Controladora					
	31/12/2010		31/12/2009		01/01/2009	
	Despesas	Receitas	Despesas	Receitas	Despesas	Receitas
Reembolso de despesas (i)	6.662	–	6.662	–	–	–
Outros (ii)	1.962	–	620	–	1.416	–
	8.624	–	7.282	–	1.416	–

(i) Refere-se aos custos provenientes de transações na emissão de novas ações da Companhia que foram pagas pela controlada direta EDE. **(ii)** Referem-se às demais despesas incorridas na Companhia e pagas pela EDE.

	Consolidado			
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	
	Crédito com relacionadas	Crédito com relacionadas	Débito com relacionadas	Crédito com relacionadas
Sociedade Educacional Ltda. - SEL	–	252	–	–
Sistema Pitágoras de Ensino - SPE	–	–	160	5
	–	252	160	5

b) Demais transações com partes relacionadas: As empresas PSES, SPES e SEL (esta última até 2009) utilizam imóveis locados da empresa CNG Patrimonial Ltda., a qual é de propriedade dos sócios fundadores da Kroton. O valor desembolsado mensalmente pelos aluguéis é de R$112 (31 de dezembro de 2009 - R$149 e 1º de janeiro de 2009 - R$149). Esses valores estão registrados no resultado, na rubrica "Custos dos serviços prestados". A EDE possui contrato de venda de material didático com a Fundação Pitágoras, em condição de mercado. O valor das vendas no exercício de 2010 foi de R$14.465 (2009 - R$8.326). O saldo de contas a receber em 2010 é de R$6.262 (31 de dezembro de 2009 - R$1.157 e 1º de janeiro de 2009 - R$4.149). **c) Remuneração do pessoal-chave da Administração:** O pessoal-chave da Administração inclui os membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal, o presidente, o vice-presidente e os diretores estatutários. A remuneração paga ao pessoal-chave da Administração está demonstrada a seguir:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Salários	5.195	2.830	2.299
Remuneração variável (*)	1.841	1.047	409
Plano de remuneração em ações - opção de compra de ações	2.388	377	–
	9.424	4.254	2.708

(*) Remuneração variável definida em contrato com diretores estatutários.

34. Demonstrações dos Fluxos de Caixa: a) Caixa e equivalentes de caixa - A composição do caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 7. **b) Transações que não envolveram caixa e equivalentes de caixa - (i)** Em 2010, houve a aquisição de ativos com assunção de passivo, por meio de arrendamento financeiro no valor de R$4.714, vide nota explicativa nº 18. **(ii)** Em 2010, como parte do pagamento pela aquisição da IUNI, foram emitidas 4.200 "units" da Controladora, gerando aumento de capital social contra ágio de R$551 na EDE e R$52.811 na Controladora, conforme notas explicativas nº 16 e nº 32, respectivamente.

35. Cobertura de Seguros: A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas pelo montante a seguir indicado, para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía apólices de seguro com indenização máxima única prevista em R$127.646 (31 de dezembro de 2009 - R$28.700 e 1º de janeiro de 2009 - R$24.000), em que estão cobertos danos elétricos, tumultos, quebra de vidros, equipamentos eletrônicos, incêndio, roubos, queda de raios, explosões, vendaval, impacto de veículos e queda de aeronaves.

36. Adoção da IFRS e dos CPC pela primeira vez - Transição para as IFRS: 36.1. Base de transição - As presentes demonstrações financeiras consolidadas da Kroton, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, são as primeiras demonstrações financeiras consolidadas anuais em conformidade com a normas internacionais de relatório Financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), tendo como base todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo "International Financial Reporting Standards - IASB") efetivos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010. A data de transição adotada para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas foi 1º de janeiro de 2009. A Administração preparou os balanços patrimoniais de abertura segundo as IFRSs naquela data. As demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram elaboradas em conformidade com as BR GAAP as quais foram arquivadas na CVM. Em 2008, após a promulgação da Lei nº 11.638/07, as BR GAAP sofreram substanciais modificações, com o intuito de alinhar as BR GAAP às IFRSs. As reconciliações apresentadas conciliam as demonstrações financeiras consolidadas divulgadas anteriormente de acordo com as BR GAAP, em 31 de dezembro de 2009, com os correspondentes valores calculados em consonância com as IFRSs efetivas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Na elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com a versão revisada da IFRS 1, vigente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Companhia aplicou as exceções obrigatórias e algumas das isenções opcionais à aplicação retroativa completa das IFRSs efetivas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, conforme exposto na IFRS 1. **36.2. Isenções opcionais adotadas pela Companhia ao tratamento retrospectivo das normas:** A Companhia optou por aplicar as seguintes isenções com relação à aplicação retrospectiva: **a) Isenção referente à combinação de empresas -** A Companhia aplicou a isenção de combinação de negócios descrita na IFRS 1, vigente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, e, assim, não reprocessou as combinações de negócios que ocorreram antes de 1º de janeiro de 2009, data de transição. Dessa forma, os ágios oriundos de aquisições anteriores a essa data foram mantidos pelos saldos líquidos de amortização apurados em 31 de dezembro de 2008, de acordo com as BR GAAP, sendo o seu saldo testado anualmente para fins de "impairment". **b) Isenção referente à designação de ativos e passivos financeiros -** A Companhia optou por classificar e avaliar seus instrumentos financeiros de acordo com a IAS 32 e a IAS 39 na data de transição das IFRSs. Não foram realizadas análises retroativas à data original de contratação dos instrumentos financeiros vigentes na data de transição para IFRSs. Todos os instrumentos financeiros contratados após a data de transição foram analisados e classificados na data de contratação das operações. **c) Isenção referente às transações de pagamento com base em ações -** A Companhia optou por não aplicar a IFRS 2 nos planos de opção anteriores à data de transição, sendo a IFRS 2 adotada na íntegra prospectivamente à data de transição. As isenções opcionais não se aplicam à Companhia. **36.3. Exceções da aplicação retrospectiva seguidas pela Companhia -** A Companhia adotou as seguintes exceções obrigatórias com aplicação retroativa: **a) Exceção referente à baixa de ativos e passivos financeiros -** Os ativos e passivos financeiros baixados antes de 1º de janeiro de 2009 como resultado de transações ocorridas antes de 1º de janeiro de 2004 não foram revistos de acordo com as IFRS efetivas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009. A aplicação dessa exceção não teve impacto significativo nas presentes demonstrações financeiras. **b) Exceção referente às estimativas -** As estimativas de acordo com as IFRS efetivas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e em 1º de janeiro de 2009 são consistentes com as estimativas realizadas para essas mesmas datas em conformidade com as BR GAAP. Não há evidências de que tais estimativas contenham erros. **c) Exceção referente aos acionistas não controladores -** A participação dos acionistas não controladores foi reconhecida de acordo com a IAS 27 a partir da data de transição para as IFRS. As outras exceções obrigatórias na IFRS 1 efetiva para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 não foram aplicadas, pois não houve diferenças significativas com relação às BR GAAP. **36.3.1.** Refazimento das demonstrações financeiras da Controladora pela adoção dos CPC pela primeira vez e reconciliação do patrimônio líquido e do resultado do exercício entre CPC (Controladora) e IFRS (Consolidado). Conforme permitido pelo CPC 43, a Administração da Companhia está reapresentando as cifras comparativas do Consolidado, com vistas a uniformizar as práticas contábeis com aquelas utilizadas nas demonstrações financeiras consolidadas em IFRS. Essas mudanças de práticas afetaram o patrimônio líquido do Consolidado em 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2009 e o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado		
	Patrimônio líquido		Resultado do exercício
	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2009
Saldo originalmente apresentado	795.072	434.010	(8.104)
Reversão do diferido - gastos pré-operacionais	(2.541)	(2.584)	43
Reversão de dividendos propostos	–	12.820	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	864	879	(15)
Saldos da Controladora (CPCs)	793.395	445.125	(8.076)
Participação dos não controladores	23	(40)	63
Saldos da Controladora (CPCs e IFRS)	793.418	445.085	(8.013)

A seguir descrevemos os principais ajustes aos balanços patrimoniais e à demonstração do resultado, apresentando a quantificação dos efeitos da transição. **a) Baixa do diferido:** Até 31 de dezembro de 2008, nos termos das BR GAAP, as empresas da Kroton adotavam como prática contábil a capitalização de gastos pré-operacionais na rubrica "Ativo diferido". As IFRS determinam que gastos pré-operacionais que não possam ser atribuídos ao custo de bens do ativo imobilizado nem à formação de ativos intangíveis devem ser imediatamente lançados como despesa. Dessa forma, os saldos de R$2.541 e R$2.584, em 31 de dezembro de 2009 e em 1º de janeiro de 2009, bem como a amortização de R$43 reconhecida durante o exercício de 2009, foram ajustados. **b) Imposto de renda e contribuição social:** As mudanças nos impostos e contribuições sociais diferidos representam os efeitos do imposto diferido nos ajustes necessários à transição para as IFRS e totalizaram imposto diferido ativo de R$864 e R$879 em 31 de dezembro de 2009 e em 1º de janeiro de 2009, respectivamente. O ajuste ao resultado foi uma despesa de R$15 no exercício de 2009. **c) Contabilização de dividendos:** De acordo com as BR GAAP antigas, os dividendos são reconhecidos no final do exercício, ainda que os dividendos não tenham sido oficialmente declarados, o que ocorrerá no exercício seguinte. De acordo com as políticas contábeis novas, os dividendos são somente reconhecidos quando constituem em obrigação legal. Dessa forma, qualquer pagamento acima do dividendo mínimo obrigatório somente é reconhecido quando declarado. O montante de R$12.820 refere-se aos dividendos reconhecidos acima dos dividendos mínimos obrigatórios declarados após 1º de janeiro de 2009 que foram ajustados para reconhecimento no ano seguinte. **d) Divulgação de informações por segmento:** A IFRS 8 - Segmentos Operacionais define segmentos operacionais como componentes de uma empresa para os quais existem informações financeiras separadas e que são periodicamente analisados para avaliação de desempenho e alocação de recursos. É requerida a divulgação, para cada segmento operacional, de medidas de lucro ou prejuízo, total do ativo e outras informações relacionadas. A IFRS 8 requer que os dados de segmentos sejam apresentados de acordo com as informações internas usadas pela Administração para a tomada de decisões operacionais, incluindo a alocação de recursos e o desempenho de segmentos. Além disso, essa norma requer a divulgação anual de informações relativas a receitas provenientes dos produtos ou serviços da empresa, países em que as receitas ou os ativos são gerados e principais clientes. **e) Reclassificações:** Conforme as BR GAAP, os impostos de renda diferidos ativos e passivos não são compensados e são segregados entre correntes e não correntes. Para fins de IFRSs, os impostos diferidos ativos e passivos são compensados entre si, quando houver o direito legal de compensação, e classificados em sua totalidade como não correntes. Nas BR GAAP os descontos de pontualidade são demonstrados na despesa financeira. Para fins de apresentação em IFRSs, esses valores estão sendo apresentados reduzindo a receita bruta. **f) Lucro por ação:** De acordo com as BR GAAP, o lucro líquido (prejuízo) por ação foi apresentado somente nas demonstrações financeiras da controladora, não sendo apresentado nas demonstrações financeiras consolidadas. O lucro líquido (prejuízo) por ação foi calculado sobre a quantidade de ações em circulação na data de encerramento do exercício. Foram divulgadas informações por lote de mil ações que, em geral, é a quantidade mínima de ações que pode ser negociada na BM&FBOVESPA. Em conformidade com as IFRSs, o lucro por ação é apresentado com base no lucro líquido (prejuízo) consolidado preliminar da Kroton, levando em conta a quantidade média de ações em circulação durante o exercício. Também é apresentado, quando aplicável, o lucro diluído por ação, considerando o impacto potencial de diluição de opções de compra de ações em circulação.

37. Reconciliação do Lucro (Prejuízo) e Patrimônio Líquido das Informações Trimestrais: Essas informações trimestrais foram sujeitas aos procedimentos de revisão especial aplicados pelos auditores independentes da Companhia, de acordo com os requerimentos da CVM, para informações trimestrais (NPA 06 do IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil), incluindo os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis, não tendo sido, portanto, sujeitas aos procedimentos de auditoria. A reconciliação dos efeitos dos ajustes são:

a) Lucro (prejuízo) do Consolidado

	31/12/2010					31/12/2009				
	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre	Total	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre	Total
Lucro (prejuízo) anteriormente reportado	18.822	(23.937)	(8.677)	(10.475)	(24.267)	24.905	6.221	8.962	(48.129)	(8.041)
Reversão da amortização do ativo diferido - gastos pré-operacionais	65	65	65	63	258	–	–	–	43	43
Constituição de amortização sobre a carteira de clientes	(562)	(1.684)	(1.684)	(1.684)	(5.614)	–	–	–	(15)	(15)
Lucro líquido reapresentado	18.325	(25.556)	(10.296)	(12.096)	(29.623)	24.905	6.221	8.962	(48.101)	(8.013)

b) Patrimônio líquido do Consolidado

		31/12/2010					31/12/2009				
	Saldo em 31/12/2009	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre	Saldo em 01/01/2009	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre
Patrimônio líquido anteriormente reportado	795.072	814.508	787.401	832.480	823.209	434.010	458.570	452.717	842.887	795.072
Reversão do ativo diferido - gastos pré-operacionais	(2.541)	(2.541)	(2.541)	(2.541)	(2.541)	–	–	–	–	(2.541)
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	864	864	864	864	864	–	–	–	–	864
Dividendos	–	–	–	–	–	11.115	11.115	–	–	–
Reversão da amortização do ativo diferido - gastos pré-operacionais	–	65	130	195	258	–	–	–	–	–
Constituição de amortização sobre a carteira de clientes	–	(562)	(2.246)	(3.930)	(5.614)	–	–	–	–	–
Patrimônio líquido Reapresentado	793.395	812.334	783.608	827.068	816.176	445.125	469.685	452.717	842.887	793.395

c) Lucro (prejuízo) da Controladora

	31/12/2010					31/12/2009				
	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre	Total	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre	Total
Lucro (prejuízo) anteriormente reportado	18.822	(23.937)	(8.677)	(10.475)	(24.267)	24.905	6.221	8.962	(48.129)	(8.041)
Efeito na equivalência patrimonial	(497)	(1.619)	(1.619)	(1.621)	(5.356)	–	-	-	28	28
Lucro líquido reapresentado	18.325	(25.556)	(10.296)	(12.096)	(29.623)	24.905	6.221	8.962	(48.101)	(8.013)

d) Patrimônio líquido da Controladora

		31/12/2010					31/12/2009				
	Saldo em 31/12/2009	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre	Saldo em 01/01/2009	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre
Patrimônio líquido anteriormente reportado	816.131	834.953	811.016	855.151	844.675	455.078	479.983	474.153	864.323	816.131
Efeito na equivalência patrimonial	28	(497)	(3.238)	(3.735)	(5.356)	–	–	–	–	28
Efeito por ajuste de ativo diferido	(1.705)	(1.677)	(1.677)	(1.677)	(1.677)	–	–	–	–	(1.705)
Dividendos	–	–	–	–	–	11.115	11.115	–	–	–
Reclassificação de ações em tesouraria	(21.436)	(21.436)	(25.599)	(25.599)	(24.740)	(21.068)	(21.413)	(21.436)	(21.436)	(21.436)
Reclassificação de prêmio de opções de ações	377	843	1.984	2.928	3.274	–	–	–	–	377
Patrimônio líquido reapresentado	793.395	812.186	782.486	827.068	816.176	445.125	469.685	452.717	842.887	793.395

38. Aprovação para Emissão das Demonstrações Financeiras: As presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram aprovadas para publicação pelo Conselho de Administração em reunião ocorrida em 18 de março de 2011.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

EVANDRO JOSÉ NEIVA - Presidente

ALTAMIRO BELO GALINDO - Conselheiro
JUAN PABLO ZUCCHINI - Conselheiro
JÚLIO FERNANDO CABIZUCA - Conselheiro
NEWTON MAIA SALOMÃO ALVES - Conselheiro
PATRICE PHILIPPE NOGUEIRA BAPTISTA ETLIN - Conselheiro
WALFRIDO SILVINO DOS MALES GUIA NETO - Conselheiro
LUIZ ANÍBAL DE LIMA FERNANDES - Conselheiro Independente
LUIZ ANTONIO DE MORAES CARVALHO - Conselheiro Independente

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

Em cumprimento ao art. 25, V e VII inc. da Instrução CVM 480/2009, os membros da Diretoria Executiva da Kroton Educacional S. A. ("Companhia") declaram, por unanimidade e sem dissidências, que reviram, discutiram e concordaram com o conteúdo das Demonstrações Financeiras da Companhia e com as opiniões expressas no parecer emitido, sem ressalvas, pela Deloitte Touche Tohmatsu, ambos relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010.

São Paulo, 18 de março de 2011

RODRIGO CALVO GALINDO - Diretor Presidente
RENATO FRIEDRICH - Diretor Financeiro
JOÃO LACERDA DE ALMEIDA E SILVA - Diretor Executivo de Educação Básica
CARLOS ALBERTO BOLINA LAZAR - Diretor de Relações com Investidores

Contador: FERNANDO HIROYUKI INOSHITA - CRC nº 1SP 197594/O-5

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos
Senhores Conselheiros e Diretores da **Kroton Educacional S.A.**

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da **Kroton Educacional S.A.** e no exercício das atribuições que nos confere o artigo 163, itens II e VII, da Lei 6.404, de 15/12/1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, revisamos o Relatório contendo as Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, compreendendo: o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado do Exercício, as Mutações do Patrimônio Líquido, os seus Fluxos de Caixa, o Valor Adicionado e as Notas explicativas, bem como os correspondentes registros e documentos. Com base em nossa revisão e no Parecer dos Auditores Independentes, emitido sem ressalvas, sobre as demonstrações contábeis acima referidas, somos da opinião de que as mesmas merecem a aprovação dos acionistas.

Belo Horizonte,18 de março de 2011

ANTONIO LÚCIO PEREIRA SANTOS - Presidente
FLAVIO RISSATO ADORNO - Membro
LUCILA DE OLIVEIRA CARVALHO - Membro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Kroton Educacional S.A.
Belo Horizonte, MG

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Kroton Educacional S.A.** ("Companhia" ou "Controladora" ou "Kroton"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras -** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. **Responsabilidade dos auditores independentes -** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais -** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Kroton Educacional S.A.** em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas -** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **Kroton Educacional S.A.** em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as IFRSs emitidas pelo IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Ênfase -** Conforme descrito na nota explicativa nº 2.1.(b), as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da **Kroton Educacional S.A.** essas práticas diferem das IFRSs, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins de IFRSs seria custo ou valor justo. **Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado -** Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA"), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e ao balanço patrimonial de transição em 1º de janeiro de 2009 -** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e o balanço patrimonial individual e consolidado de transição em 1º de janeiro de 2009, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria datado de 18 de março de 2011, com ênfase similar à mencionada anteriormente.

São Paulo, 18 de março de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Ismar de Moura
Contador
CRC nº 1 SP179631/O-2 S/MG

Deloitte.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Kroton Educacional S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Kroton Educacional S.A.** ("Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2009 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da **Kroton Educacional S.A.** e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2009 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRSs) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Kroton Educacional S.A.** em 31 de dezembro de 2009, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Kroton Educacional S.A.** e suas controladas em 31 de dezembro de 2009, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa nº 2.1.(b), as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da **Kroton Educacional S.A.**, essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Exam